

no entanto, o mau relacionamento deste Director com o pessoal. Foi aliás durante o mandato deste Director que Mário Fadigas se despediu do estabelecimento fabril.³⁸⁴

6.º Período

1969-1974

Assistência aos trabalhadores

As referências que encontramos no relatório de 1970 fazem-nos crer que a Assistência aos trabalhadores continua a ser uma preocupação da Direcção, pois refere-se a aquisição de uma carrinha para transporte de pessoal do 1.º turno e a criação de Cantina (“*em substituição da extinta Cooperativa*”) e a distribuição de uma Consoada ao pessoal.³⁸⁵

Relação da Fábrica com a Vila de Alcobaça

Já sem o recurso à imprensa nesta rubrica só queremos destacar a nota em que a Direcção salienta a importância da Companhia para a economia local, precisamente acerca de questões como a Assistência Social: “*Os salários e ordenados pagos ascenderam a 24.961 contos e as contribuições para instituições de previdência totalizaram 5.078 contos, o que dá uma ideia do contributo relevante da empresa para economia da região em que se encontra localizada.*”³⁸⁶



Foto extraída de A Voz de Alcobaça, n.º 210, de 30/4/98

³⁸⁴ Cf. Anexo II.

³⁸⁵ Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1970, Alcobaça, 1970.

³⁸⁶ Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1972, Alcobaça, 1972.

3 – O PROCESSO DE ELECTRIFICAÇÃO DA VILA DE ALCOBAÇA E A SUA RELAÇÃO COM A COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS DE ALCOBAÇA

O processo de electrificação da Vila de Alcobaca é um importante exemplo da interligação Vila-Fábrica, em que a presença da Fábrica é factor de modernidade para toda a região.³⁸⁷

1.º Período 1875-1898

Da fundação até à morte de A. Guimarães

Desde o seu início que a questão da luz eléctrica é seguida com muito entusiasmo e atenção pela imprensa local. Logo em 1896 se noticia a instalação da luz eléctrica em casa de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães: *“O Sr. Joaquim Ferreira d’Araújo Guimarães sempre incansável na propaganda dos melhoramentos úteis, está montando a luz eléctrica na sua casa, ramificando-se também para os prédios dos Srs. Dr. Barreto Perdigão e José Pereira da Silva Rino.*

É aproveitada para esse fim a força motriz da turbina que se acha instalada no seu moinho, na junção dos rios Alcoa e Baça.

Brevemente será inaugurada a luz eléctrica na Fábrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca achando-se quase concluída a instalação.”³⁸⁸

“Segundo nos consta já foi experimentada a luz eléctrica na fábrica de fiação e tecidos d’Alcobaca, dando um resultado muito satisfatório.

À incansável iniciativa do exmo. Sr. Araújo Guimarães se deve mais este melhoramento introduzido naquele importante estabelecimento fabril, cujos benefícios se espalham por uma grande parte do nosso concelho, suavizando a classe pobre.”³⁸⁹

³⁸⁷ Consideramos que outros processos e estruturas poderão ser alvo de uma reconstituição e análise. Esses trabalhos poderão ser desenvolvidos no âmbito do núcleo museológico que defendemos para a Central Eléctrica. Exemplos concretos são, entre outros, a Banda, os Bombeiros e a Cooperativa. Sobre os Bombeiros V. Carvalho, Leonor, “Os Bombeiros da Fábrica Fiação e Tecidos”, *Espaços ADEPA*, n.º 2 (no prelo).

³⁸⁸ *Semana Alcobacense*, n.º 320, 9/8/1896.

³⁸⁹ *Semana Alcobacense*, n.º 340, 25/12/1896.

A luz eléctrica é de facto inaugurada na casa de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães, junto à Fábrica, no dia do seu aniversário, conforme nos noticia o mesmo jornal³⁹⁰ e nesse mesmo ano estende-se à Vila. A **iluminação particular** é propriedade de Araújo Guimarães, que mais uma vez é profusamente elogiado como benfeitor da terra, “*o vulto que mais se exalta no conceito público, quanto se esforça em levantar a terra que lhe é pátria adoptiva, mas que lhe deve tantos e tão valiosos serviços, quais inegavelmente os não deve a nenhum dos seus filhos mais dedicados.*”³⁹¹

Nesta questão parece-nos ter sido Alcobaça algo pioneira, uma vez que a iluminação por luz eléctrica só em poucas localidades chegou antes do séc. XX.

Mais uma vez por acção de Araújo Guimarães e da força do rio, a Vila de Alcobaça viu no seu espaço um importante melhoramento e símbolo de progresso.

2.º Período: 1898 – 1904

Direcção de M. Martins da Cunha

É neste período da vida da Fábrica que se inicia um certo “namoro” da Vila, patente na imprensa, com vista à instalação de iluminação eléctrica na Vila.

Em Julho de 1901, na imprensa, num artigo assinado por E. de Faria, levanta-se a hipótese de a Fábrica de Fiação e Tecidos poder fornecer a energia eléctrica para a Vila: “*A luz eléctrica seria um dos primeiros melhoramentos a introduzir em Alcobaça. Quedas de água magníficas e, além disso, a força motriz da fábrica da Fervença, que se poderia aproveitar em acumuladores, sem grande dispêndio, tornaria este projecto realizável, trazendo à vila uma animação que lhe falta, tirando-lhe uma monotonia sertaneja que ainda conserva.*”³⁹² Com efeito as conversações sobre este assunto iniciam-se em Julho de 1902, entre a Câmara Municipal e a Direcção da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, como nos noticia vivamente a imprensa.³⁹³

³⁹⁰ Cf. Semana Alcobacense n.º 344, 24/1/1897.

³⁹¹ Semana Alcobacense, n.º 345, 31/1/1897.

³⁹² Semana Alcobacense, n.º 578, 28/7/1901.

³⁹³ É curioso notar que sobre este assunto da luz eléctrica surjam no jornal repetitivas referências ao facto de que normalmente os melhoramentos em Alcobaça chegam pela mão de pessoas que não são naturais da terra, insurgindo-se contra um certo marasmo da terra e recordando insistentemente Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães como um dos mentores do progresso de Alcobaça, que muita falta faz à Vila. Semana Alcobacense n.º 627, de 13/7/1902.

3.º Período: 1905 – 1947

Direcção de Fernando Alípio de Carneiro e Sá

Data de 1905 a autorização para a **iluminação eléctrica particular** de Alcobaça.³⁹⁴ Esta é propriedade e organização de Julio Biel, residente no Porto, ligado à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça por diversas formas, uma delas por ser genro de Araújo Guimarães, tendo casado com a uma das filhas deste, Lídia Guimarães Biel.³⁹⁵ É importante notar que Lisboa, capital do reino, tinha a sua luz eléctrica particular há menos de um ano, desde Dezembro de 1904.³⁹⁶

Estando pois a Vila já dotada de iluminação eléctrica particular, há um notório desejo de que seja possível a instalação de luz eléctrica pública, através de esforços conjuntos da Câmara Municipal e da Fábrica de Fiação e Tecidos.

Para além do “namoro” encetado na imprensa e da breve troca de correspondência de 1902, é neste período, sob a gestão de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, que esta questão tem resolução, não sem passar por muitas vicissitudes, como a seguir se explica.

Em Abril de 1912 a Câmara abre concurso público para o fornecimento de luz eléctrica à Vila, deliberando em Junho oficial à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça sobre este assunto.³⁹⁷

Neste período já tinha havido alguns contactos com a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, nomeadamente:

- Na referência à sessão de Câmara de 23 de Agosto de 1911, no jornal Semana Alcobacense, surge, na secção “deliberações”, o seguinte texto: “*Tendo constado à Câmara que a Companhia Fiação e Tecidos adquirira para a Fábrica uma turbina de novo modelo, que poderá accionar um dinamo com a voltagem suficiente para alimentar a iluminação desta vila, foi resolvido oficial à Direcção da mesma Companhia pedindo informações acerca da possibilidade do fornecimento de energia eléctrica para esse fim, a fim de se poderem estudar as condições em que se deverá*

³⁹⁴ Serrão, J. V. (1995 – 2.ª edição). História de Portugal 1890-1910, vol.X, s.l.: Verbo p. 375.

³⁹⁵ Alcobaça aparece como uma das duas localidades (a outra é Barcelos) que em 1905 estabelecem contratos para iluminação pública com luz eléctrica. Um Século de Electricidade, (1990), EDP/Museu da Electricidade, (Catálogo de Exposição), p. 24.

³⁹⁶ Cf. Rodrigues, A.S. (coord. de) (s.d. – 1994), História de Portugal em Datas, Lisboa: Circulo de Leitores.

³⁹⁷ Semana Alcobacense n.º 1131, de 28/4/1912 e n.º 1140 de 30/6/1912.

*contractar o fornecimento de tal sistema de iluminação, para uso público e particular desta vila.*³⁹⁸

- O ofício de resposta é presente na sessão de 30 de Agosto e o assunto começa a ser estudado pela Câmara e pela Direcção da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.

O fornecimento de luz eléctrica pela Companhia volta a ser abordado em sessão de Câmara por causa da chegada de um ofício da mesma Companhia informando que *“foi resolvido que logo que a mesma companhia transforme em eléctrica a sua tracção a vapor, não porá dúvida em tomar conhecimento dos termos e condições em que a Câmara deseja contractar a iluminação pública de Alcobaça.*³⁹⁹

No mês seguinte, no mesmo jornal, num artigo assinado por “X”, alvitra-se a questão da luz eléctrica. Refere-se que no actual momento a Câmara não tem condições para o fazer e apela-se para a iniciativa privada, o que poderá ser uma alusão indirecta à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.⁴⁰⁰ De facto, é por esta data que nos relatórios da Companhia surge o desejo de alterar o tipo de força motriz da Fábrica, o que poderá ter sido responsável, na Vila, pela esperança de que essa alteração pudesse beneficiar o núcleo populacional com a iluminação eléctrica pública.

No mês seguinte o jornal noticia a chegada de uma nova máquina para a Fiação e Tecidos, para de seguida reverter o assunto a favor da luz eléctrica: *“Na Fábrica de Fiação e Tecidos está-se procedendo à instalação de uma turbina de sistema muito aperfeiçoado, representando um grande melhoramento para aquele estabelecimento industrial.*

*Dizem-nos, a propósito, que com um elemento desses se poderia obter, numa das quedas d’água que aqui existem a energia precisa para a iluminação eléctrica desta vila.*⁴⁰¹

Em Setembro de 1912 a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça encontra-se já a trabalhar nos estudos preparatórios para o fornecimento da luz eléctrica à Vila: *“Continua a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça nos seus estudos para o fornecimento de energia eléctrica destinada à iluminação desta vila, assunto sobre o qual a Câmara lhe oficiou recentemente. Agora, e em virtude de solicitação do seu digno Engenheiro António Maria Tavares Júnior, acaba ela de pedir, para o efeito de prosseguir nos trabalhos encetados para estabelecer o competente ante-projecto, uma planta da estrada que conduz da Fervença ao local destinado à instalação do transformador (actual depósito do petróleo),*

³⁹⁸ Semana Alcobacense n.º 1097, de 3/9/1911.

³⁹⁹ Semana Alcobacense n.º 1098, de 10/9/1911 e n.º 1105, de 29/10/1911.

⁴⁰⁰ Semana Alcobacense n.º 1100, de 24/9/1911.

⁴⁰¹ Semana Alcobacense n.º 1134, de 19/5/1912.

com a trajectória dos fios telegráficos, contornos das margens do rio, etc. Como se vê não há descuro na obtenção de um tão importante melhoramento para Alcobaça."⁴⁰² Na sessão de Câmara de 9 de Outubro é deliberado pagar e entregar a planta à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.⁴⁰³

Em 20 de Novembro a Câmara Municipal questiona a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça sobre a luz eléctrica. Segundo o jornal, no final do ano anterior a Companhia informou a Câmara das condições para o fornecimento de luz eléctrica que seriam muito vantajosas. De facto, na sessão de Câmara de 4 de Dezembro acusa-se a recepção de ofício da Companhia e delibera-se: "*Resolvido aceitar em princípio uma proposta tão favorável, agradecer por meio de um voto na acta este grande serviço prestado ao município e tratar sem perda de tempo dos trabalhos necessários para que o contracto se realize com a possível brevidade.*"

De outra notícia mais detalhada sobre o mesmo ofício extrai-se "*De facto, nessa resposta não há nada de onde se possa inferir que a Companhia Fiação e Tecidos tem a movê-la neste negócio quais quer intuítos especulativos ou gananciosos.*" Considera-se mesmo o preço mais baixo que o de outras localidades que já possuem este melhoramento, sendo ainda que o preço descerá na proporção inversa do consumo.

A contratação está agora dependente da vinda a Alcobaça do Engenheiro António Maria Tavares Júnior que prestará à Câmara os esclarecimentos necessários.⁴⁰⁴

Ainda antes do engenheiro chega à Câmara um ofício esclarecedor da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça que informa que: "*a proposta (...) compreende o mínimo de 15 KW-hora, ao preço de 50 reis cada, para o consumo diário de 10 horas, ficando sujeito a variações das taxas cambiais para aquele que servir de base ao seu cálculo, no referente à aquisição de máquinas e acessórios.*"⁴⁰⁵

Também no relatório da Companhia esta questão é exposta aos accionistas da seguinte forma:

"Iluminação Pública da Vila de Alcobaça: Temos sido instados pela Exma. Câmara Municipal de Alcobaça para fornecermos a energia precisa à projectada iluminação eléctrica da vila.

⁴⁰² Semana Alcobacense n.º 1153, de 29/9/1912.

⁴⁰³ Semana Alcobacense n.º 1156, de 20/10/1912.

⁴⁰⁴ Semana Alcobacense n.º 1161, de 1/12/1912 e n.º 1164, de 15/12/1912 e n.º 1163 de 8/12/1912.

⁴⁰⁵ Semana Alcobacense n.º 1166, de 29/12/1912.

Em princípio, já chegámos a entendimento com essa ilustre corporação, mas é indispensável a vossa autorização para a efectividade do contracto, caso venha a realizar-se.

É claro que não poderemos visar a proventos de vulto, e se chegarmos a definitivas conclusões, será mais para contribuírmos para o progresso da vila em cujo concelho se acham instaladas as nossas fábricas.”

No mesmo documento o Conselho Fiscal concorda com tal decisão se *“se reconhecer haver proveito sensível para a Companhia.”*⁴⁰⁶

Em 1913 o Director, um engenheiro e um técnico electricista da Companhia Fiação e Tecidos deslocam-se do Porto a Alcobaça, a fim de desenvolver os estudos necessários ao estabelecimento da rede de luz eléctrica *“cuja energia se está tratando de obter por meio de fornecimento feito pelas Fábricas que aquela Companhia possui no próximo lugar da Ferrença.”*

Da parte da Câmara acompanhou os trabalhos o vice-presidente, Augusto Jorge, pessoa muito entusiasmada com o projecto. *“A Câmara vai agora proceder à elaboração das bases do respectivo contracto, e que, conjuntamente com os trabalhos da Direcção da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça serão apresentados à apreciação e resolução da Assembleia Geral a reunir em Março próximo.”*

Certamente não por coincidência também a presença em Alcobaça de Julio Biel, *“proprietário da luz eléctrica instalada nesta vila”*, é referida no mesmo jornal.⁴⁰⁷

O processo parecia assim encaminhado para a realização do empreendimento entre a Câmara e a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça . Durante todo o ano de 1913 se desenvolvem esforços nesse sentido:

“A Câmara Municipal resolveu agora tratar dos estudos precisos que a habilitam a resolver os problemas da iluminação eléctrica desta vila, por meio da municipalização do seu fornecimento e que é a maneira mais vantajosa de se obter a realização desse melhoramento, tanto para o município como para o público consumidor.” Os estudos foram entregues ao General Lúcio Lobo, colaborador habitual da Câmara Municipal.⁴⁰⁸

Para apresentação destes estudos – e porque a Câmara terá provavelmente a necessidade de pedir um empréstimo –, foi organizada uma reunião dos 40 maiores contribuintes do con-

⁴⁰⁶ Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, 1912.

⁴⁰⁷ Semana Alcobacense n.º 1169, de 19/1/1913.

⁴⁰⁸ Semana Alcobacense n.º 1173, de 16/2/1913.

celho, após a Câmara ter tomado conhecimento dos estudos em reunião específica em Abril de 1913.⁴⁰⁹

A primeira reunião dos contribuintes, ao que parece marcada para o final de Abril ou princípio de Maio, não se pôde efectuar por falta de número suficiente de elementos, facto que o jornal muito lamenta, aproveitando para salientar a estranheza pelo desinteresse por tão excelente melhoramento para a Vila. A Câmara marca nova reunião para os meados de Maio, mas, antes disso, o jornal divulga parte dos estudos do General Lúcio Lobo, já apresentados à Câmara Municipal.

Deste estudo, que parece muito completo compreendendo parte técnica e parte financeira, extraímos: “(...) se faz também a análise e apreciação técnica do projecto de instalação de luz eléctrica apresentado à Câmara em 8 de Junho de 1912 pela Companhia Portuguesa de Electricidade Siemens-Shuckert Werke, indicando as modificações que ele deve sofrer (...) por último dá-se uma ideia geral da instalação eléctrica que se julga mais conveniente para esta vila, incluindo a escolha do local para a estação central eléctrica (...) No segundo capítulo é apresentado um resumo do orçamento de toda a despesa de instalação, compreendendo: a compra do terreno e construção do edificio para a estação central, motor e sua montagem, instalação eléctrica da mesma estação, rede de distribuição, instalação do material da iluminação pública, etc. (...)” O estudo calcula todos os riscos, incluindo diversas taxas de juro de empréstimos e diferentes consumos. “Termina este estudo com uma apreciação das condições económicas em que se realizaria a iluminação desta vila, se a energia eléctrica fosse fornecida pela Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, como anteriormente se havia pensado em obter, tendo efectivamente sido formulada e apresentada à Câmara uma proposta nesse sentido.

Nos termos da mesma proposta, a Companhia deveria estabelecer à sua custa na Fábrica o motor e máquina eléctrica geradora, de correntes alternativas de alta tensão, bem como proceder à instalação da linha de alimentação desde a Fábrica até ao pavimento térreo dos paços do concelho, onde seria estabelecida a estação central, fornecendo ai a energia precisa.

A estação central eléctrica com todos os aparelhos indispensáveis, bem como toda a rede de distribuição, seriam instaladas por conta da Câmara, e por sua conta também correria a exploração da rede.

⁴⁰⁹ Semana Alcobacense n.º 1179, de 30/3/1913.

Pelo fornecimento da energia eléctrica seria garantido à Companhia o consumo mínimo de 14 KW/h ao preço de 50 reis o KW; este preço seria gradualmente diminuído no caso de aumentar o consumo da energia.

*Do cálculo feito se conclui que, nestas circunstâncias, o encargo anual da Câmara seria muito mais elevado do que no caso de proceder à instalação completa da luz eléctrica por conta própria.*⁴¹⁰

Aquando da realização efectiva da reunião dos 40 maiores contribuintes do concelho concluiu-se (além da excelência do trabalho efectuado por Lúcio Lobo para o qual foi aprovado um voto de louvor): “(...) foi por unanimidade resolvido que a Câmara continue nos trabalhos encetados para a instalação da luz eléctrica nesta vila e municipalização do seu fornecimento, realizando a esse respeito tudo quanto for preciso à consecussão do valioso melhoramento.

– Na sua sessão de 4.^a feira a câmara resolveu pedir autorização para contrair o empréstimo [de 16 contos de reis] a que acima nos referimos.”⁴¹¹

Em Junho há uma referência a um projecto-lei apresentado na Assembleia da República pelo Deputado Pires de Campos, que parece destinado a facilitar à Câmara a instalação da luz eléctrica. Este projecto-lei aparece como tendo sido aprovado (na edição de 8 de Junho) e que facilitará a instalação de luz eléctrica pelas Câmaras Municipais. E sobre este chega à Câmara Municipal um officio do Deputado Pires de Campos. Ao que parece é este Decreto-Lei que autoriza (ou pelo menos facilita) o empréstimo de 16 contos de reis para a luz eléctrica. Este mesmo Decreto-Lei é aprovado definitivamente pelo Senado em Julho.⁴¹²

Em Agosto de 1913 o jornal publica um artigo que fala da municipalização da luz eléctrica, sem qualquer referência à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.⁴¹³, parecendo nesta altura que a Companhia está afastada do processo.

Em Setembro refere-se uma comissão constituída pela Câmara Municipal para a instalação da luz eléctrica da qual faz parte “Luiz d’Oliveira, o hábil maquinista da Fábrica Fiação e Tecidos, de aptidões as mais comprovadas quanto a todas as modalidades da sua profissão”; não se referindo se a sua presença é a título particular ou em representação da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.⁴¹⁴

⁴¹⁰ Semana Alcobacense n.º 1185, de 11/5/1913.

⁴¹¹ Semana Alcobacense n.º 1186, de 18/5/1913.

⁴¹² Semana Alcobacense n.º 1189-1191, Junho de 1913.

⁴¹³ Semana Alcobacense n.º 1201, de 31/8/1913.

⁴¹⁴ Semana Alcobacense n.º 1204, de 21/9/1913.

Em Dezembro José Eduardo Raposo de Magalhães oferece à Câmara o terreno para a instalação da Central Eléctrica Municipal.⁴¹⁵

Em Novembro de 1913 a Câmara decide oficializar a Júlio Biel advertindo-o que a Câmara, doravante, não permitirá invasões de espaço público com elementos da luz eléctrica particular e notando que mesmo as actuais ocupações – como fios eléctricos, etc., – não tiveram qualquer autorização camarária. Deve de facto ter havido movimentações de má-vontade contra Júlio Biel, pois só isso justificaria a sua defesa pública pelo jornal, num artigo, que termina da seguinte forma: “*Que se continue a trabalhar com toda a boa vontade para a mais pronta realização desse notável benefício local que é a iluminação da vila pela luz eléctrica municipalizada; mas, como pouco custa, ou, pelo menos como a justiça tão bem fica em toda a parte, não esqueçamos que foi devido ao Sr. Júlio Biel que Alcobaça se viu primeiro dotada com um tal elemento de progresso, de cuja utilização, talvez, sem a iniciativa do mesmo industrial, ainda hoje se não pudesse ufanar.*”⁴¹⁶

Em 1914 não encontramos na imprensa qualquer referência ao assunto, mas no ano seguinte o processo parece estar em bom andamento. Para além de referências dispersas com pedidos de orçamentos vários por parte da Câmara ou correspondência entre a edilidade e Júlio Biel sobre a iluminação particular (que parece estar agora legalizada por um contrato),⁴¹⁷ noticia-se a dissolução da Comissão presidida pelo General Lucio Lobo, uma vez que se encontram finalizados os trabalhos para os quais tinha sido constituída.⁴¹⁸ O projecto e orçamento da Central Eléctrica são entregues à Câmara em 19 de Abril e em Maio são convidados, para estar presentes numa sessão de Câmara, Joaquim de Carvalho Isaac e António Aurélio Rodrigues, para se apreciarem algumas alterações a fazer na Central.⁴¹⁹

Em Julho refere-se que na sua última reunião plenária, a Câmara, inspirada por outras Câmaras bem sucedidas, resolveu pôr a concurso “*o fornecimento do material e maquinismo e respectiva instalação para a iluminação eléctrica pública e particular desta vila*”. Este mesmo concurso é noticiado nos jornais de Lisboa e inclui “*o fornecimento de um motor a gaz pobre*”⁴²⁰

As propostas vão chegando mas começam a surgir referências às dificuldades de importação de materiais criadas pela situação de guerra que se vive na Europa.

⁴¹⁵ Semana Alcobacense n.º 1215, de 7/12/1913.

⁴¹⁶ Semana Alcobacense n.º 1214, de 30/11/1913 e n.º 1216, de 14/12/1913.

⁴¹⁷ Semana Alcobacense n.º 1288, de 2/5/1915.

⁴¹⁸ Semana Alcobacense n.º 1287, de 25/4/1915.

⁴¹⁹ Semana Alcobacense n.º 1291, de 23/5/1915.

⁴²⁰ Semana Alcobacense n.º 1300, de 25/7/1915.

Em Setembro o jornal congratula-se, num extenso artigo de primeira página, pelo facto do contrato da luz eléctrica ter sido firmado com dois amigos de Alcobaça, ligados à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Júlio Biel e António Tavares Jr.

Fala-se das dificuldades da guerra que poderão dificultar o processo, mas que a Câmara resolveu não esperar, pois não se sabe quando terminará a guerra.

O jornal noticia também que já estão prontas “*as escrituras dos contratos relativos à instalação da luz eléctrica municipalizada nesta vila*” e que António Maria Tavares Júnior já encomendou o motor e que os referidos contratos foram aprovados em sessão de Câmara de 20/9/1915.⁴²¹ Notícia é também quando a Caixa Geral de Depósitos concede o empréstimo para a luz eléctrica.⁴²²

Refere-se a imprensa da seguinte forma à Comissão que preparou todo o processo: “*Justo é lembrar que a Câmara não se encontrou só, na resolução do magno problema. Junto da sua grande vontade de que ele não continuasse por solucionar, encontrou a mesma corporação a sempre solicita competência da respectiva comissão técnica, composta dos Srs. General Lúcio Lobo e Luiz de Oliveira. A esta comissão se deve a elaboração de todos os trabalhos necessários à abertura dos dois concursos – o do fornecimento e instalação do motor, e o do fornecimento e instalação do material eléctrico.(...)*”

António Maria Tavares Júnior aparece referido como o único “*que concorreu com um motor do sistema preferido, por o mais vantajoso*” e Julio Biel como o que fez “*um preço inferior em cerca de quatro contos sobre o mínimo das outras propostas apresentadas*”. Além de que ambos declararam procurar baixar ainda mais os preços, caso fossem os escolhidos. Refere-se ainda: “*Há mais, porém, a fazer-nos congratular com o facto de terem sido os srs. Julio Biel e Tavares Jr. os industriais preferidos nos concursos para a instalação da luz eléctrica desta vila: é que ambos eles são conhecidos em Alcobaça o bastante para que da sua parte haja a esperar a mais exacta observância dos contratos a que acabam de ligar os seus nomes.(...)*” O jornal aponta um prazo de oito meses para concretizar a iluminação pública da Vila.⁴²³

Segundo nos parece os contractos são assinados a título particular e não como elementos da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.

Com um interessante preciosismo técnico o jornal publica (em quatro números diferentes) uma comparação exaustiva de todos os projectos apresentados a concurso e das

⁴²¹ Semana Alcobacense n.º 1308, de 19/9/1915.

⁴²² Semana Alcobacense n.º 1309 de 26/9/1915.

⁴²³ Semana Alcobacense n.º 1308, de 19/9/1915.

características do material constante de cada um, comparação essa que resultou do trabalho da Comissão constituída para o efeito.⁴²⁴

A Comissão é louvada, em acta de Câmara, pela excelência com que fez o trabalho solicitado e pelo interesse que pôs em todo o processo.

Porém, em Novembro de 1915, começam a surgir problemas:

Conforme a acta da sessão de Câmara o jornal comenta que António Maria Tavares Júnior assinou já os contratos, encomendou o motor e enviou *“a planta para os trabalhos de instalação do motor e seu gazogéneo na Central Eléctrica, a qual deve ser entregue ao sr. Luiz de Oliveira para dirigir as fundações.”* Por outro lado a casa Emilio Biel e Herd.º, ainda não assinou contrato e já pede a escusa do art. 70º do caderno de encargos, referente ao pagamento de multa em caso de incumprimento de prazos. Parece que invocam dificuldades decorrentes da guerra, pois a Câmara alega que as dificuldades já existiam ao tempo do concurso e que as mesmas não têm entravado a acção de Tavares Jr. Por fim a Câmara dilata o prazo oito dias, atitude notada pelo jornal que frisa já terem passado dois meses desde a adjudicação dos trabalhos.⁴²⁵

O jornal faz um extenso artigo em que exprime a desilusão para com a casa Biel, e mais precisamente para com Júlio Biel, casado com a filha de Araújo Guimarães e que assim procede para com a terra natal da sua esposa. Os contratos continuam pois por assinar.⁴²⁶

Em Dezembro o jornal noticia largamente a inauguração da luz eléctrica em Montemor-o-Novo, lamentando-se obviamente pelo não andamento dos trabalhos em Alcobaça.⁴²⁷

Durante todo o resto do ano a questão da luz eléctrica vai sendo matéria de ofícios referidos em sessão de Câmara por diversas pequenas coisas, como fornecimentos de material e envio de documentação. Refere-se também correspondência entre a Casa Biel e a Câmara, mas não ainda uma resolução do assunto.

1916 é o ano em que Portugal entra na guerra, ao lado dos Aliados, entrando pois em conflito com a Alemanha, terra natal de Júlio Biel, facto que se vai reflectir em todo o processo.⁴²⁸

⁴²⁴ Semana Alcobacense n.º 1308, de 19/9/1915, n.º 1309, de 26/9/1915, n.º 1311, de 10/10/1915 e n.º 1314 de 31/10/1915.

⁴²⁵ Semana Alcobacense n.º 1316, de 14/11/1915 e n.º 1318, de 28/11/1915.

⁴²⁶ Semana Alcobacense n.º 1318, de 28/11/1915.

⁴²⁷ Semana Alcobacense n.º 1321, de 19/12/1915.

⁴²⁸ Julio Biel é mesmo hostilizado, considerado pessoa indesejável em Portugal e os seus bens – incluindo a luz eléctrica de Alcobaça, são vendidos em hasta pública. Este processo parece ter algumas irregularidades, denunciadas por um advogado de Lisboa, mas o processo decorre durante 1916 e 1917.

Num extracto da acta da Comissão Executiva da Câmara Municipal conclui-se, de forma não muito clara, a impossibilidade da casa Emilio Biel e Herdeiros assinar os contratos referentes à luz eléctrica, decidindo-se proceder contra ela e envidar esforços para que Alcobaça consiga ter a sua iluminação eléctrica.⁴²⁹

Feita a intimação judicial, que não teve qualquer efeito⁴³⁰, a Câmara decide, em sessão extraordinário de 1 de Fevereiro de 1916, pôr de novo a concurso o fornecimento de material e instalação de rede para a iluminação eléctrica da Vila, recebendo propostas até 15 de Fevereiro,⁴³¹ sendo as propostas apreciadas em sessão de Câmara no dia seguinte.⁴³²

No fim deste processo conclui-se que as propostas recebidas apresentam todas preços exagerados e delibera-se “*que se trate desses serviços por meio de administração, para o que deve esta Câmara entender com o Sr. António Maria Tavares Júnior, isto dentro de um orçamento que vá até 13000\$00.*”⁴³³

É de facto dentro deste valor que se situam os preços apresentados por António Maria Tavares Júnior, conforme consta de officio recebido a 12 de Março de 1916, em que, apesar de uma diferença no preço do dínamo e dos condutores eléctricos – que subiram, devido ao aumento do preço do cobre e as taxas de câmbio, o total dá uma verba de 12855\$25.

A Câmara telegrafa a António Maria Tavares Júnior a pedir a importação deste material, deliberando convocar a Câmara para uma sessão extraordinária no dia 13, sobre este assunto.⁴³⁴

Num extenso artigo o jornal congratula-se por a questão da luz eléctrica ter tido novo impulso. Elogia extensamente o engenheiro António Maria Tavares Júnior, ao qual se refere como “*distinto engenheiro e proprietário, no Porto, de uma antiga e acreditada casa fornecedora de máquinas industriais e artigos eléctricos*”. Os esforços deste conseguiram já a encomenda em Paris do material para o qual solicita um cheque. Além da rapidez e simpatia deste engenheiro também os preços apresentados foram os melhores.

No mesmo artigo se refere que o Vereador Joaquim Marques assinou em Lisboa o empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos referente à luz eléctrica, do qual enviou a An-

⁴²⁹ Semana Alcobacense n.º 1324, de 9/1/1916.

⁴³⁰ Semana Alcobacense n.º 1328, de 6/2/1916.

⁴³¹ As condições do concurso são aprovadas em sessão seguinte e são da autoria do advogado Silvino Villa Nova. Semana Alcobacense n.º 1329, de 13/2/1916.

⁴³² Semana Alcobacense n.º 1329, de 13/2/1916.

⁴³³ Semana Alcobacense n.º 1331, de 27/2/1916.

⁴³⁴ Semana Alcobacense n.º 1333, de 12/3/1916.

tónio Maria Tavares Júnior o cheque solicitado para Paris e em Abril, um officio do Engenheiro acusa a recepção da primeira prestação sobre o material eléctrico.⁴³⁵

A importação do material não foi no entanto possível por dificuldades decorrentes da guerra – como consta de officio de Abril de António Maria Tavares Júnior – que decide, com a posterior aprovação da Câmara, tentar a importação em Espanha.⁴³⁶

Num artigo elogioso, de Agosto de 1916, que faz o balanço da gerência municipal refere “a instalação eléctrica para a iluminação desta vila. Fez-se o muro de vedação e a serventia no terreno cedido para a Central e arrematou-se a construção do respectivo edificio,” a António Aurélio Rodrigues.⁴³⁷

Em Agosto parece prever-se para breve a iluminação eléctrica, pois relega-se para essa altura a concessão de um candeeiro pedido para o cais de S. Martinho do Porto pelo seu delegado marítimo.⁴³⁸

Em Setembro o jornal anuncia para breve a chegada ao Porto do motor, cujo pagamento será feito de forma faseada. Provavelmente esta modalidade de pagamento está relacionada com as facilidades instituídas por decreto-lei, hipótese algo confirmada com a chegada de um officio do deputado Herculano Galhardo, sobre o pagamento do motor.⁴³⁹

As esperanças sobre a realização efectiva deste melhoramento para Alcobça atravessaram mesmo o Atlântico, pois na transcrição de um artigo publicado num jornal brasileiro sobre Alcobça, é anunciada como estando para muito breve a instalação da luz eléctrica.⁴⁴⁰

Avizinham-se eleições municipais para o próximo triénio e o jornal apela para a continuidade dos melhoramentos de Alcobça, que não puderam ser terminados por falta de tempo, mas que, mesmo que o poder local mude, têm de ser continuados. É claro que entre estes está a luz eléctrica.⁴⁴¹

Em Novembro o jornal volta a lembrar a urgência da instalação da luz eléctrica, agora por mais uma razão: a luz eléctrica particular, pertencente a Julio Biel, vai deixar de funcionar e pretende-se que as pessoas possam continuar o seu consumo com a luz eléctrica municipalizada.⁴⁴²

⁴³⁵ Semana Alcobacense n.º 1336, de 3/4/1916.

⁴³⁶ Semana Alcobacense n.º 1340, de 30/4/1916.

⁴³⁷ Semana Alcobacense, n.º 1354, de 6/8/1916.

⁴³⁸ O candeeiro deve ser a gaz, mas deverá estar disponível “logo que se instale a iluminação eléctrica nesta Vila e haja candeeiros disponíveis.” Semana Alcobacense n.º 1356, de 20/8/1916.

⁴³⁹ Semana Alcobacense n.º 1360, de 17/9/1916.

⁴⁴⁰ Cf. Semana Alcobacense, n.º 1364, 15/10/1916.

⁴⁴¹ Cf. Semana Alcobacense, n.º 1366, 29/10/1916.

⁴⁴² Cf. Semana Alcobacense, n.º 1368, 12/11/1916.

Nesse mesmo mês chega a Alcobaça, Camilo Vieira, empregado de António Maria Tavares Júnior, que inicia desde logo os trabalhos de instalação da luz eléctrica.⁴⁴³

Em Dezembro António Maria Tavares Júnior solicita o pagamento do motor que está na alfândega “há já perto de dois meses e meio”. Este pagamento está à espera de resolução do pedido feito através de Herculano Galhardo, que parece ser deferido no mesmo mês.⁴⁴⁴

Em Dezembro a Câmara responde ao depositário dos bens de Julio Biel que a luz eléctrica deverá ser inaugurada em Fevereiro.⁴⁴⁵

Em Fevereiro de 1916 publica-se o resumo do orçamento ordinário da Câmara Municipal de Alcobaça para esse ano onde se destacam as verbas do empréstimo contraído com a Caixa Geral de Depósitos para a luz eléctrica e a receita do depósito de 400\$00 da casa Biel.⁴⁴⁶

Este orçamento é analisado no número seguinte do jornal, numa clara desculpabilização da Câmara por não realizar muitas das obras que se lhe pede. Embora não refira especificamente a luz eléctrica esta deverá estar incluída nestas questões.⁴⁴⁷

Em 1917, parece estar relacionada com a viragem política vivida em Portugal com a experiência sidonista, a notícia do regresso autorizado a Portugal de Julio Biel, apesar de este não retomar a propriedade da luz eléctrica em Alcobaça: “A família Biel, que tinha saído para fora do país, em virtude do decreto de expulsão dos inimigos, foi autorizada a regressar a Portugal”.⁴⁴⁸

Estando o pelouro da luz eléctrica entregue na Câmara Municipal ao vice-presidente, Sanches Barreto, a correspondência referente a este assunto continua até ao fim da guerra, de que nos vai dando conta a imprensa por vezes através de referências nos resumos das sessões de Câmara, por vezes dedicando-se a descrições e considerações mais desenvolvidas sobre as dificuldades deste processo, tão caro à Vila:

Em sessão de Câmara de 25 de Fevereiro de 1918 foi presente um ofício de António Maria Tavares Júnior, “dizendo ser impossível adquirir em Inglaterra a rede eléctrica, pelo que havia encetado negociações com uma companhia americana. Se lembre a conveniência

⁴⁴³ Cf. *Semana Alcobacense*, n.º 1368, 12/11/1916.

⁴⁴⁴ Cf. *Semana Alcobacense*, n.º 1373, 17/12/1916.

⁴⁴⁵ Cf. *Semana Alcobacense*, n.º 1373, 17/12/1916.

⁴⁴⁶ *Semana Alcobacense*, n.º 1329, de 13/2/1916.

⁴⁴⁷ *Semana Alcobacense*, n.º 1330, de 20/2/1916.

⁴⁴⁸ *Semana Alcobacense*, n.º 1406, de 5/8/1917.

*de se entender com alguma casa espanhola, pedindo-se a revisão do projecto de distribuição de energia, visto parecer deficiente o que foi ultimamente estudado.*⁴⁴⁹

Este é um ano muito difícil porque para além das dificuldades de importação do material (para a qual se solicita por vezes intervenção do Governo)⁴⁵⁰ a instalação eléctrica particular é retirada da Vila, por ter terminado o contracto e por todo o material estar a ser vendido em hasta pública, havendo na Vila um sentimento de desilusão por se sentir a “ficar para trás” num processo em que se orgulhava de estar adiantada, e quando tudo parece estar a postos há anos.⁴⁵¹

A situação parece ter sido de facto desesperante como se pode avaliar pelo seguinte:

Em sessão de Câmara de 15/4/1918 decide-se *“Contrair um novo empréstimo de mais 9000\$00 destinado à instalação eléctrica nesta vila, visto estar quase esgotado o primeiro efectuado com o mesmo fim, isto por diversos motivos, entre eles o aumento de preço de todos os materiais; tendo esta deliberação sido tomada em virtude não só de se estarem pagando sem proveito os juros do capital levantado, mas da deterioração dos maquinismos já adquiridos.”* Para este empréstimo é pedida formalmente autorização às juntas de freguesia.⁴⁵²

Nem mesmo a tentativa de contornar o problema trocando o fornecimento de material inglês por americano deu resultado, pois em Setembro de 1918, dá-se conta das dificuldades encontradas na expedição do material que mesmo vindo da América carece de uma autorização da Inglaterra, que só foi possível com a intervenção do cônsul português em Inglaterra garantindo destinar-se o material à iluminação eléctrica de Alcobaça.⁴⁵³

António Maria Tavares Júnior dá um prazo até ao fim de Novembro de 1918, findo o qual, se as dificuldades persistirem, desistirá da questão. Informa a Câmara desta decisão, que concorda com a atitude tomada.⁴⁵⁴

A situação parece quase estar a ser encerrada com um desfecho negativo, quando se dá o fim da guerra. Logo a imprensa reaviva a questão com a esperança de que, eliminados os obstáculos decorrentes da guerra, Alcobaça possa de facto ver chegar a luz eléctrica.⁴⁵⁵

⁴⁴⁹ Semana Alcobacense n.º 1436, de 3/3/1918.

⁴⁵⁰ Em Junho de 1917 noticia-se que deve ser necessário uma “intervenção do Ministério dos Estrangeiros para a saída de Inglaterra do material para a rede eléctrica desta Vila” Semana Alcobacense n.º 1399, de 17/6/1917

⁴⁵¹ Isso é patente, por exemplo, numa carta dirigida ao jornal por Amílcar Vitorino, reclamando do facto de que, tendo Alcobaça “uma central eléctrica primorosa” não se consiga concretizar a luz eléctrica para a Vila. Semana Alcobacense n.º 1459, de 11/8/1918.

⁴⁵² Semana Alcobacense n.º 1443, de 21/4/1918.

⁴⁵³ Semana Alcobacense n.º 1463, de 8/9/1918.

⁴⁵⁴ Semana Alcobacense n.º 1469, de 3/11/1918.

⁴⁵⁵ Semana Alcobacense n.º 1473, de 1/12/1918.

É com a nova Câmara, empossada em 1919, presidida por Fernando Alípio de Carneiro e Sá⁴⁵⁶, que o assunto volta a avançar, desta vez para não parar.

Em Março de 1919 anuncia-se o reinício dos trabalhos, dirigidos pelo jovem Engenheiro Fernando Oliveira, filho de Luiz Oliveira, maquinista da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça (e a quem deveriam ligar também laços pessoais com o Director uma vez que este foi padrinho de um dos seus filhos, conforme noticiou a imprensa). A casa que se ocupa dos trabalhos continua a ser a de António Maria Tavares Júnior, mesmo depois do falecimento deste engenheiro da Companhia Fiação e Tecidos que ocorre em Abril de 1919⁴⁵⁷.

Assim, em Abril a Câmara decide contrair um empréstimo por meio de obrigações para a conclusão da instalação eléctrica da Vila. As obrigações são de 50\$00 *“ao portador, de cupon, e ao juro de 5%, pagável aos semestres no dia 15 de Maio e 15 de Novembro.”*

O empréstimo será de 9000\$00 e caso o capital exceda o empréstimo servirá para pagar o primeiro empréstimo.⁴⁵⁸

“Iniciada a subscrição na Quarta-feira passada, ela excede já os 9000\$00, o que muito honra o capital da nossa terra, que assim se mostra disposto a sair das sua colocações habituais, para se lançar resolutamente no auxilio dos mais importantes melhoramentos locais.”

No número seguinte do jornal noticia-se que as obrigações vão já em 18350\$00, prevenindo-se que se consiga até pagar o empréstimo anterior de 16000\$00.

A 1 de Junho noticia-se que se encerrou a subscrição e se contraiu o empréstimo na Caixa Geral de Depósitos.⁴⁵⁹

Anuncia-se o aluguer de contadores de luz.⁴⁶⁰

Continua a correspondência sobre pagamentos e encomendas de material eléctrico.

Está pronta a litografia que servirá de base à emissão das obrigações da luz eléctrica. Obra do artista Alberto Sousa a litografia tem um importante carácter artístico que espelha a realidade local pois reproduz o frontispício do Mosteiro, as flores e os frutos. Parece que o trabalho do artista foi oferecido, para que os subscritores das obrigações da luz eléctrica fi-

⁴⁵⁶ Semana Alcobacense n.º 1484, de 2/3/1919.

⁴⁵⁷ Semana Alcobacense n.º 1488, de 30/3/1919 e n.º 1489 de 6/4/1919.

⁴⁵⁸ Semana Alcobacense n.º 1492, de 9/4/1919.

⁴⁵⁹ Semana Alcobacense n.º 1493, de 4/5/1919, n.º 1497, de 1/6/1919, n.º 1501, de 29/6/1919.

⁴⁶⁰ Semana Alcobacense n.º 1497, de 1/6/1919.

cassem com um trabalho artístico em casa. Por isso a Câmara dá ao artista um voto de louvor em acta, em Outubro.

Encarrega-se a Litografia Matta, propriedade da Firma Rosa & Ferreira, da sua execução por \$52 cada obrigação.⁴⁶¹

A remessa das obrigações é feita em Dezembro de 1919.⁴⁶²

A Vila parece palpitar de impaciência pela chegada da luz eléctrica, encontrando-se amiúde na imprensa detalhes e pormenores noticiados com muito destaque, como por exemplo:

- O funcionamento do Cine-Moderno, agora modificado, depende da entrada em funcionamento da luz eléctrica.⁴⁶³
- Em 20 de Julho de 1919 são publicadas as condições concretas em que cada munícipe pode beneficiar da luz eléctrica.⁴⁶⁴
- Ainda no mesmo mês a Câmara encarrega Luiz de Oliveira de *“superintender no funcionamento da luz eléctrica, fazendo todas as reparações na rede e nos aparelhos da Central, mediante o ordenado de 25\$00 mensais, e ficando com a faculdade de propôr o pessoal necessário, o qual será nomeado pela Câmara, ficando a esta directamente subordinado.”*⁴⁶⁵

A inauguração da luz eléctrica está marcada para 15 de Agosto – feriado municipal.

Em Agosto, surge, pela primeira vez, anúncio de material eléctrico para comprar, sinal de que as pessoas já precisavam dele, já se teria tornado matéria de uso corrente.⁴⁶⁶

O General Lúcio Lobo parece continuar ligado ao processo uma vez que, em Agosto, além de agradecer publicamente o convite para a inauguração da luz eléctrica, dá conta das suas diligências para não se demorar o processo de vistoria à instalação.⁴⁶⁷

A luz eléctrica foi de facto inaugurada a 15 de Agosto de 1919, pelas 23 h, numa festa que contou com sessão solene no edifício da Central. Nesta, Fernando Alípio de Carneiro e Sá, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, *“a largos traços historiou as diversas etapas por que há cinco anos vem passando a instalação da luz*

⁴⁶¹ Semana Alcobacense n.º 1501, de 29/6/1919 e n.º 1502, de 6/7/1919.

⁴⁶² Semana Alcobacense n.º 1524, de 14/12/1919.

⁴⁶³ Semana Alcobacense n.º 1499, de 15/6/1919.

⁴⁶⁴ Semana Alcobacense n.º 1504, de 20/7/1919.

⁴⁶⁵ Semana Alcobacense n.º 1505, de 27/7/1919.

⁴⁶⁶ Semana Alcobacense n.º 1507, 10/8/1919.

⁴⁶⁷ Semana Alcobacense n.º 1508, de 17/8/1919.

eléctrica, citando e elogiando todos aqueles que para ela ser levada a efeito de qualquer modo intervieram.” Tocou na festa a Filarmónica da Maiorga.⁴⁶⁸

O funcionamento da luz eléctrica surge depois em várias notícias de jornal. Refere-se que o autor da instalação é o engenheiro Fernando de Oliveira, filho de Luiz Oliveira. Publica-se na íntegra o discurso de Fernando Alípio de Carneiro e Sá que, além de fazer uma excelente síntese de todos os que contribuíram para a luz eléctrica faz um discurso “muito republicano” sobre a união do capital e do trabalho e sobre a luz, a verdade e o progresso.⁴⁶⁹

A luz eléctrica vai funcionando e a Comissão Executiva da Câmara Municipal vai-se dela ocupando, sendo o próprio Presidente que tutela esse pelouro: encomendando contadores, recebendo a vistoria e nomeando os funcionários da Central Eléctrica, que são Ramiro da Costa Rosa e António Joaquim, com os ordenados de 2\$00 e 1\$00 diários. Em Setembro de 1919 chega a autorização provisória do Director dos Serviços Electrotécnicos, para a exploração da rede de distribuição eléctrica, tendo já sido alterada a voltagem da iluminação particular.⁴⁷⁰

Ainda em Agosto, o jornal recebe e publica uma carta do General Lucio Lobo dizendo que entre tantos elogios ao funcionamento da luz eléctrica, ninguém refere o autor do projecto. A resposta do jornal é pronta: julgavam ser o projecto o do Sr. Camilo de Oliveira, entretanto falecido – que efectuara um projecto posterior ao do General Lucio Lobo o definitivo e, alertados pela carta, verificaram que este tinha sido posto de lado a aprovado o inicial da autoria do General Lucio Lobo. O mesmo General felicita a Câmara Municipal pela instalação da luz eléctrica.⁴⁷¹

Em Novembro de 1919 a luz eléctrica é instalada no tribunal, repartição de finanças, Paços do concelho e escola masculina, onde existe um curso nocturno. Também o conservador do registo predial solicita luz eléctrica para a sua repartição e a Câmara fica de averiguar se é de lei o seu fornecimento. O fornecimento de luz é gratuito para estes serviços. Mais tarde alarga-se à Administração do Concelho.⁴⁷²

⁴⁶⁸ *Semana Alcobacense* n.º 1508, de 17/8/1919.

⁴⁶⁹ *Semana Alcobacense* n.º 1509, de 24/8/1919.

⁴⁷⁰ *Semana Alcobacense* n.º 1509-1517.

⁴⁷¹ *Semana Alcobacense* n.º 1510, de 31/8/1919.

⁴⁷² *Semana Alcobacense* n.º 1518-1522.

O sorteio para as obrigações da luz eléctrica é publicamente anunciado para 29 de Outubro nos Paços do Concelho. Os números sorteados são publicados em 30 de Outubro e o pagamento começará a 15 de Novembro de 1919.⁴⁷³

Em Dezembro a empresa de Viação e Electricidade esclarece a Câmara que com a instalação de linhas de alta e baixa tensão a Câmara poderá dispensar as máquinas e o pessoal da Central. As linhas irão de facto ser instaladas como prova a existência de um agradecimento no mesmo mês.⁴⁷⁴

Em Fevereiro de 1920 noticia o jornal a primeira aplicação à indústria da luz eléctrica fornecida pela Câmara: no estabelecimento de João Ferreira da Silva, C.^a e Sucessores, para moagem do café.⁴⁷⁵

A Câmara deve ter feito uma consulta sobre preços de luz eléctrica para fins industriais, pois recebe, em Março, uma resposta da Câmara Municipal de Leiria informando que o preço da energia para fins industriais é o mesmo de para casas particulares. Em Abril recebe outra resposta da Câmara de Caldas da Rainha, onde há um centavo por hectovatt de diferença, a menos para usos industriais.

Em Dezembro de 1920 a Câmara delibera que a energia fornecida para fins industriais seja 40 % mais barata que a fornecida para fins particulares.⁴⁷⁶ Isto demonstra a importância conferida à indústria e ao desenvolvimento industrial do concelho, que não deverá sequer ter sido movida por interesses particulares ligados à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, uma vez que esta já dispunha de luz eléctrica anterior a todo este processo.

O assunto da luz eléctrica é uma constante nas sessões de Câmara, seja devido à circulação de ofícios, seja por pormenores relacionados com a administração da Central Municipal. Por exemplo:

- Refere-se a necessidade de cumprimento do horário de trabalho na Central Eléctrica, o ordenado do pessoal, que é de 2\$50 diários ao empregado e outros vencimentos inferiores para os ajudantes e assalariados; são ainda referidas as mudanças de supervisor dos serviços da Central.
- Em Janeiro de 1920 a Câmara delibera consultar “*os consumidores da luz eléctrica sobre se desejam que ela continue a funcionar toda a noite, ou só até à 1 h da madrugada, passando no 1.º caso o fornecimento de energia para o dobro do preço*”

⁴⁷³ Semana Alcobacense n.º 1546, de 9/5/1920.

⁴⁷⁴ Semana Alcobacense n.º 1520, de 16/11/1919 e n.º 1524, de 14/12/1919. Será provavelmente sobre isso o ofício do chefe dos serviços electrotécnicos de Caldas da Rainha.

⁴⁷⁵ Semana Alcobacense n.º 1535, de 29/2/1920.

⁴⁷⁶ Semana Alcobacense n.º 1540, de 4/4/1920, n.º 1579, de 26/12/1920.

actual, e continuando no 2.º caso, como até aqui, isto somente enquanto o custo do carvão se mantiver na exorbitância actual”

Na sessão seguinte delibera-se que a luz eléctrica só funcionará até à 1h solicitando-se à Guarda Nacional Republicana um melhor policiamento a partir daí.

Delibera a Câmara fazer o seguinte aviso que surge publicado no jornal:

“Câmara Municipal de Alcobaça

Luz eléctrica

A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Alcobaça:

Faz saber que se não pode mexer em nenhuma instalação eléctrica nem alterar o n.º de lâmpadas de nenhuma delas, assim como fazer quaisquer serviços nos contadores, sem conhecimento e autorização da Central.

Pede também a todos os senhores consumidores da mesma luz que não oponham quaisquer demoras ou dificuldades, de todas as vezes que o pessoal ao seu serviço precise de ir fiscalizar as respectivas instalações.

Alcobaça, 20 de Janeiro de 1920

O Presidente

Fernando Sá”⁴⁷⁷

O processo de electrificação da região parece ir ganhando maior dimensão, pois em Março a Comissão Executiva da Câmara Municipal da Marinha Grande consulta “*esta comissão acerca da sua atitude em face do empréstimo que a junta geral deste distrito deseja contrair, a fim de se proceder à instalação de uma linha eléctrica a servir diversos concelhos na parte norte do distrito*” A Câmara deu parecer favorável.⁴⁷⁸

Em Dezembro de 1920, devido a anomalias no fornecimento da luz eléctrica, é necessário desmontar e limpar o motor, para o que se interrompe o fornecimento por um dia. Situação idêntica é noticiada em Dezembro de 1922 para reparação do gazogéneo.⁴⁷⁹

Em Julho de 1920, aquando da apresentação do orçamento municipal, Fernando Alípio de Carneiro e Sá faz um interessante balanço da administração municipal durante um ano em que, entre outros assuntos como por exemplo os bombeiros, a luz eléctrica e a superação de dificuldades económicas com ela relacionadas, têm muito destaque: “*Só a verba de carvão para a luz eléctrica que no princípio do ano foi orçada, com folga, em alguns*

⁴⁷⁷ *Semana Alcobacense* n.º 1529, de 18/1/1920 e n.º 1530, de 25/1/1920.

⁴⁷⁸ *Semana Alcobacense* n.º 1536, de 7/3/1920.

⁴⁷⁹ *Semana Alcobacense* n.º 1577, de 12/12/1920 e n.º 1637, de 17/12/1922.

contos, encontra-se quase esgotada, e ainda vamos no meio do ano! E não admira, porque uma tonelada de carvão antracite, que custava 40\$00 quando, nesta mesma sala, consultámos os srs. Municipales se devíamos ou não montar a luz eléctrica, pode custar hoje uns 250\$00! Os ordenados e salários dobraram. Um carro de bois em serviço de conduções obtinha-se noutros tempos por uns 2 escudos. Custa hoje 7\$50. O petróleo para a iluminação de S. Martinho e Alfeizerão, enfim tudo o que a Câmara precisa, custa o que vós sabeis e o que vós sentis.”⁴⁸⁰

Curiosamente, depois de todas as dificuldades terem sido ultrapassadas sem ajuda do Governo Central, em 1920, ano em que já muitas terras dispunham de iluminação eléctrica, o jornal refere que “foi aprovada uma lei isentando do pagamento de direitos todo o material a mandar vir do estrangeiro destinado à construção e exploração dos serviços municipalizados de abastecimento de águas e iluminação eléctrica, declarando-se utilidade pública as expropriações necessárias a ambos os fins.”⁴⁸¹

O funcionamento da Central deveria ter um bom nível, pois em 1920, ano em que há de novo mudança de funcionários,⁴⁸² o Instituto Superior Técnico solicita a admissão de um aluno na Central Eléctrica “a tirocinar durante 15 dias”, solicitação que a Câmara atende favoravelmente.⁴⁸³

Nos finais de 1920 procuram-se novas soluções para servir melhor e de forma mais económica os municípes de Alcobaça, em relação à luz eléctrica: a Câmara encarrega José de Magalhães de se ocupar do assunto e em 1921 este está a fazer “estudos para a montagem de uma nova rede eléctrica.”⁴⁸⁴

É nesta altura, e devido às dificuldades com o fornecimento de luz da Central Municipal, que **voltamos a encontrar a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça no processo**: em 1921 é com o empréstimo de um dínamo da Fábrica que se consegue continuar o fornecimento de luz eléctrica posto em causa pela avaria do dínamo da Central Municipal. Este será reparado no Instituto Superior Técnico.⁴⁸⁵

⁴⁸⁰ Semana Alcobacense n.º 1555, de 11/7/1920.

⁴⁸¹ Semana Alcobacense n.º 1556, de 18/7/1920.

⁴⁸² Em Agosto a Câmara delibera “nomear o Sr. Julio Nunes para a Central Eléctrica e o Sr. Joaquim Marques Moreira para a reparação da rede e outros serviços externos, com o vencimento cada um de 3\$00 por dia” e “Aumentar para \$10 o preço do hectowatte da energia eléctrica, em virtude do constante agravamento das despesas com a sua produção e fornecimento.” E aumentar para 2\$00 o vencimento diário do fogueiro da Central. Semana Alcobacense n.º 1560, de 15/8/1920.

⁴⁸³ Semana Alcobacense n.º 1560, de 15/8/1920 Em Outubro encontramos o mesmo Instituto envolvido nos estudos sobre o abastecimento de água à Vila.

⁴⁸⁴ Semana Alcobacense n.º 1604, de 19/6/1921.

⁴⁸⁵ Semana Alcobacense n.º 1595 de 17/4/1921 e n.º 1602 de 5/6/1921 e n.º 1605 de 3/7/1921.

Os problemas com o fornecimento municipal de electricidade continuam, causando a elaboração de um novo projecto por José de Magalhães,⁴⁸⁶ a demissão do responsável pela Central,⁴⁸⁷ a nomeação de novos responsáveis,⁴⁸⁸ a instituição de novos preços e novas restrições⁴⁸⁹ e a procura de novas soluções. Deve ter sido nesse sentido que foi solicitado empréstimo de material ao Instituto Superior Técnico, pois em Setembro de 1924, é recebido um ofício desta instituição a informar a impossibilidade de empréstimo de aparelhagem.⁴⁹⁰

Em Setembro de 1922 é deliberado em sessão de Câmara: “*Que o empregado da rede eléctrica faça a leitura dos contadores até ao dia 5 de cada mês, entregando até ao dia 10 o produto da cobrança relativa ao mês anterior.*” Sobre isto é feito um comunicado aos consumidores da luz eléctrica no jornal.⁴⁹¹

Decidiu-se também iluminar a fachada da Câmara a luz eléctrica no dia 5 de Outubro, assim como a 9 de Abril de 1923, assinalando respectivamente a implantação da República e a Batalha de La Lys.⁴⁹²

Toma posse a nova Câmara Municipal, em 1923. Na distribuição dos pelouros é Sebastião da Trindade Rodrigues, quem fica com a luz eléctrica.

O jornal, para além de dar a notícia e desejar felicidades, chama a atenção para problemas graves que é preciso resolver. “*Problemas graves e da maior urgência tem a nova edilidade de estudar, de pôr em prática, fugindo a processos rotineiros e demorados que só servem para perder tempo e para desacreditar-se perante os seus munícipes. (...) a*

⁴⁸⁶ Semana Alcobacense n.º 1604, de 19/6/1921.

⁴⁸⁷ Semana Alcobacense n.º 1615, de 9/7/1922.

⁴⁸⁸ “– *Procedeu-se à nomeação definitiva dos Srs. João Roxo e José Calçada, aquela para encarregado da Central Eléctrica e este para fogueiro, com os vencimentos mensais respectivamente de 250\$00 e 135\$00 sendo aumentado para 150\$00 a partir também de Julho findo, o vencimento do encarregado da rede, Sr. Joaquim Marques.*

– *Ficam a cargo do Sr. João Roxo, sem remuneração alguma, todas as reparações que estejam ao alcance das suas habilitações profissionais.*” Semana Alcobacense, n.º 1619, 6/8/1922.

⁴⁸⁹ “*Deliberado:*

– *Que seja de 1\$50 a importância mínima a cobrar m cada mês pela luz eléctrica fornecida por meio de contadores.*

– *Fixar em 15\$00 por sessão a avença da energia eléctrica fornecida para a lanterna do Cine-Teatro, isto a começar em Setembro, próximo (...)*

– *Solicitar das entidades competentes que seja reduzido ao indispensável o consumo de energia eléctrica nos Asilos de Infância Desvalida, de Velhinhos Maria e Oliveira e no Hospital e Pavilhão da Misericórdia, quer quanto ao n.º de lâmpadas ali acesas, quer quanto ao respectivo n.º de velas.*” Semana Alcobacense n.º 1619, de 6/8/1922.

⁴⁹⁰ Semana Alcobacense n.º 1625, de 24/9/1922.

⁴⁹¹ Semana Alcobacense n.º 1627, de 7/10/1922, n.º 1627-28.

⁴⁹² Semana Alcobacense n.º 1627, de 7/10/1922 e n.º 1655 de 15/4/1923.

*escrupulosa distribuição da energia eléctrica (...) muitas coisas enfim que estão há muito no sentir de toda a gente, por certos estão também na dos ilustres edis.*⁴⁹³

Os protestos sobre o funcionamento pouco satisfatório da luz eléctrica municipal surgem frequentemente na imprensa: “(...) a iluminação eléctrica da nossa vila, que nunca foi, nem é o que sempre esperámos fosse e está sendo. A iluminação eléctrica da vila é uma das maiores despesas do município, e que infelizmente não satisfaz porque não há regularidade no seu funcionamento, e se vai já aproximando dos horários dos caminhos de ferro espanhóis. Dizem que os espanhóis que naquele país quando o passageiro pergunta na estação quando chega o comboio, invariavelmente o empregado ferroviário lhe responde: *llega quando llega...Pois na vila está acontecendo o mesmo; nunca se sabe quando se pode contar com a luz e até quando.*”⁴⁹⁴

De tal forma a situação deve ser grave que a nova Câmara decide de imediato desvincular-se de qualquer responsabilidade nesta matéria: “*Que fique mencionado na acta desta sessão que, se vier a dar-se por estes dias alguma interrupção no funcionamento da luz eléctrica, tal facto se não poderá atribuir à responsabilidade da actual vereação, pois que quando ela tomou posse das cadeiras municipais já a caldeira do gazogeneo da Central se encontrava no estado que tem obrigado à diminuição da intensidade da luz ultimamente observada e que bem poderá de um momento para o outro determinar a paralisação deste serviço municipal (...)*”⁴⁹⁵

Os protestos sobem ainda mais de tom quando a Câmara decide aumentar em 40% o preço da luz, aumentando também o preço dos contadores. O jornal Semana Alcobacense pronuncia-se, em edital, contra este aumento, sobretudo pelas razões com que ele foi justificado (comparando com o preço da iluminação a petróleo) e acusando a Câmara de injustiça pois fornece luz gratuita e por avença a uns, e obriga outros a pagar os gastos superiores que isso traz à Câmara.⁴⁹⁶

A década de 40 é de facto marcada pela preocupação estatal com a electrificação do país. Talvez tenha havido maior responsabilização do poder central nesta questão com a construção de diversas centrais eléctricas de carácter regional, como a de Porto de Mós. Já nos referimos a este assunto aquando da caracterização do percurso técnico e económico da Companhia.⁴⁹⁷

⁴⁹³ Semana Alcobacense n.º 1640, de 7/1/1923.

⁴⁹⁴ Semana Alcobacense n.º 1641, de 14/2/1923.

⁴⁹⁵ Semana Alcobacense n.º 1642, de 21/1/1923.

⁴⁹⁶ Semana Alcobacense n.º 1647, de 25/2/1923 e n.º 1649, de 11/3/1923.

⁴⁹⁷ V. p. 68.

Relativamente a este período e a este processo as últimas referências que encontramos foram: a aquisição de material para a Central Municipal, o aumento de ordenado dos funcionários e a referência a que, **desde que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça resolveu contratar o fornecimento externo de electricidade, não houve mais problemas com o abastecimento da iluminação eléctrica na Vila de Alcobaça (1947).**⁴⁹⁸



Dois aspectos do interior da Central Eléctrica na actualidade

⁴⁹⁸ Relatório da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça de 1947. Porto: Tipografia Progresso. p. 8.

II.ª PARTE

A INTERVENÇÃO MUSEOLÓGICA NA CENTRAL ELÉCTRICA DA FÁBRICA FIAÇÃO E TECIDOS

1 – A CENTRAL ELÉCTRICA ENQUANTO FENÓMENO PATRIMONIAL

Na primeira parte desta dissertação debruçámo-nos sobre diferentes aspectos e processos do passado alcobacense, sempre a partir da sua relação com a Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos.

O processo de industrialização, de que a Fábrica Fiação e Tecidos é um agente importante, implicou processos socio-culturais e económicos determinantes para a actual “personalidade” do Concelho de Alcobaça.

O processo de electrificação de Alcobaça já não deverá estar na memória de muitos alcobacenses, ficando assim relegado para o esquecimento pelo natural avançar do tempo. Pela banalidade que assume na nossa vida quotidiana actualmente a utilização da energia eléctrica, é hoje um processo difícil de avaliar, sobretudo para os jovens.

Decorre daí a urgência de recuperação deste passado quando ainda se podem “juntar as peças de um puzzle” composto por testemunhos materiais, (como a Central e a sua maquinaria), documentais, (como os Relatórios da Direcção) e orais, de um valor inestimável por nos poderem transmitir o que não ficou nos registos, designadamente os sentimentos, o dia-a-dia, as pequenas contrariedades...as coisas “sem história” que marcam a nossa história e sem as quais a narrativa ficará sempre incompleta.

A pesquisa documental efectuada sobre a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, designadamente através da recuperação de parte do seu arquivo condenado com a falência, permite-nos justificar com segurança que a Central Eléctrica é um importante **elemento patrimonial da modernidade alcobacense**.

Pelo seu simbolismo, ligando a modernidade da indústria e do concelho, pela sua localização na intercepção do meio industrial com a natureza, pela sua arquitectura, pela maquinaria – que confirma a importação de tecnologia estrangeira no processo português de industrialização – e pelo melhoramento que significou para toda a Vila, a Central Eléctrica é, como já foi assinalado, **um monumento incontornável numa narrativa da história da cidade, marcando um passado recente que teve grande importância no “desenho e construção” da actual Alcobaça**.

Pela recolha formal e informal de testemunhos em Alcobaça sabemos que o abandono e a degradação da Central Eléctrica tem um impacto muito forte na localidade. Muitas pessoas da comunidade trabalharam na Fiação e Tecidos toda a vida, muitos cresceram com a segurança relativa que permitia o ordenado pago pela Companhia, as festas de Alcobaça foram

abrilhantadas pelos operários da Companhia Fiação e Tecidos e alguns dos seus organismos como a Banda ou os Bombeiros.

Marco da modernidade, a iluminação eléctrica de Alcobaça só foi possível devido à existência da Fábrica de Fiação e Tecidos e à capacidade demonstrada desde cedo por esta unidade industrial para produzir energia eléctrica.

Parece-nos, pois, que neste elemento patrimonial que é a Central Eléctrica se entrecruzam os indicadores da memória – referentes aos processos de industrialização, electrificação e urbanização de Alcobaça – que constituem um fenómeno patrimonial passível de se tornar um fenómeno museal.

O estudo da Central Eléctrica enquanto elemento de Património Industrial insere-se no âmbito da Arqueologia Industrial. Esta área nasceu da necessidade de registar, estudar e por vezes preservar os testemunhos materiais da industrialização, campo em que as rápidas e frequentes substituições de processos e maquinaria criam “elementos arqueológicos” que, se desaparecerem, poderão deixar por preencher elos de uma cadeia de desenvolvimento cujas implicações vão muito para além do campo económico.

Ainda no séc. XIX (século em que a indústria maravilhava os homens com o seu poder transformador e as suas unidades industriais) Sousa Viterbo (1896) utilizou pioneiramente, em Portugal, a expressão “Arqueologia Industrial”⁴⁹⁹ fazendo desde logo a sua ligação com a Museologia ao defender a criação de uma entidade museológica, com fins eminentemente pedagógicos, que reconstituísse e apresentasse a evolução da indústria “*desde os tempos mais remotos até aos nossos dias.*” Nas suas palavras “*O Museu que realizasse semelhante ideia seria a escola mais instrutiva do mundo.*”⁵⁰⁰

A definição clássica de Arqueologia Industrial é, segundo Mendes, A. (1995): “*um campo de estudo relacionado com a investigação, levantamento, registo e por vezes salvaguarda de monumentos industriais. Ela tem por objecto, sobretudo, apreender o significado*

⁴⁹⁹ “É com profunda saudade que vejo desaparecer pouco a pouco os vestígios da nossa actividade, da nossa indústria caseira. A machina vai triturando tudo no seu movimento vertiginoso, sem que mão piedosa se lembre de apanhar estes restos, humildes mas gloriosos depositando-os depois em sítio, onde possam ser cuidadosamente estudados e onde a curiosidade lhe preste o merecido culto. Existe a archeologia da arte, porque não há de existir a archeologia da industria? É certo que a prehistoria recolhe anciosamente todas as manifestações da civilização primitiva, e tanto considera a gigantesca pedra balouçante como o mais obscuro instrumento do trabalho rudimentar, mas bom fôra que a serie progredisse e que se applicasse o mesmo carinho e o mesmo espirito scientifico a todas as evoluções da industria.” Viterbo, Sousa, *Archeologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos*, in *O Archeologo Português*, vol II, n.º 8 e 9, Lisboa, 1896, p. 192-193 Cit. in Ramos, Paulo Oliveira, (1993) *Breve História do Museu em Portugal*, in Rocha-Trindade, Maria Beatriz (coord. de), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 39-40

⁵⁰⁰ Viterbo, Sousa, *Archeologia Industrial Portuguesa. Os Moinhos*, in *O Archeologo Português*, vol II, n.º 8 e 9, Lisboa, 1896, p. 192-193 Cit. in Ramos, Paulo Oliveira, (1993) *Breve História do Museu em Portugal*, in Rocha-Trindade, Maria Beatriz (coord. de), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 39-40

de tais monumentos no contexto da história social e tecnológica.”⁵⁰¹ Ainda segundo o mesmo autor “*O Património Industrial – objecto da Arqueologia Industrial – é constituído por monumentos industriais e sítios de natureza diversa, abrangendo uma grande variedade de componentes, dos seguintes domínios: estruturas, utensílios e tecnologias artesanais e industriais; sistemas, (ou seus vestígios) de transporte e comunicações; e equipamentos colectivos referentes ao abastecimento – energético, de água ou alimentar –, à saúde, ao ensino e ao aproveitamento dos tempos livres.*”⁵⁰² Sobre o conceito de Património Industrial diz-nos também Custódio, J. (1991) que este é “*um conceito amplo que abrange a Fábrica, o pátio, a Vila e o bairro operário, os lugares de convívio e refeição do operariado, associações operárias, os estabelecimentos de ensino industrial, as máquinas, os objectos e materiais produzidos pela indústria*”⁵⁰³ e também as memórias associadas a esses diferentes vectores.

Inicialmente surgido em Inglaterra, decorrente das preocupações de desaparecimento de elos da cadeia de desenvolvimento industrial que conduziu da Pré-industrialização à Revolução Industrial Inglesa e às diferentes vagas de industrialização, o conceito de Arqueologia Industrial foi-se de facto flexibilizando de forma a incluir todas as manifestações de indústrias do passado.⁵⁰⁴

O estudo do Património Industrial tem de ser, necessariamente interdisciplinar, envolvendo áreas disciplinares como a história económica, a história social, Museologia, antropologia, tecnologia, ou sociologia, entre outras. Fontes como os arquivos de empresas e fontes orais assumem cada vez um lugar mais importante neste tipo de investigação.⁵⁰⁵ Segundo Mendes, A. (1995) nada deverá ser negligenciado: “*o quotidiano, o comum, os objectos e artigos de uso vulgar, as estruturas, os utensílios e mecanismos utilizados na produção e/ou nos transportes e comunicações, bem como certos grupos sociais entram assim, justamente, no âmbito da investigação histórica.*”⁵⁰⁶

⁵⁰¹ Mendes, A., (1995) (citando R. A. Buchanan) in “Novas Metodologias em História Económica: a Arqueologia Industrial” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 48-49

⁵⁰² Mendes, A., (1995), op. cit, pp. 49.

⁵⁰³ Custódio, J. e outros (1991), *Museologia e Arqueologia Industrial: Estudos e Projectos*, Lisboa, APAI, p. 72

⁵⁰⁴ Na definição de K. Hudson “*Arqueologia Industrial é a descoberta, registo e estudo dos resíduos físicos de indústrias e meios de comunicação do passado.*” Cit. in Rufinoni, M. R., “Arqueologia Industrial e Musealização”, trabalho apresentado na disciplina Património Arqueológico e Musealização, Universidade de São Paulo, 1.º trimestre de 2002

⁵⁰⁵ Mendes, A. (1995) op. Cit., p. 42-43

⁵⁰⁶ Mendes, A. (1995), op. cit, pp. 43

É aliás esta Metodologia da Arqueologia Industrial quando utilizada nos estudos de história económica, que permite, segundo Amado Mendes (1995) *“superar, pelo menos em parte a ausência, a omissão e os próprios erros – conscientes ou inconscientes – dos testemunhos escritos.”*⁵⁰⁷

O conceito de Património Industrial e uma metodologia que lhe seja adequada, na opinião de Andrieux (1992) inserem-se perfeitamente no contexto da Nova História, no alargamento dos conceitos de património e de documento, na abordagem sob a perspectiva da longa duração, na ideia da História como uma construção do historiador, fruto do seu tempo, do seu método e do seu génio.⁵⁰⁸ Assim o papel do historiador, do investigador, alarga-se proporcionalmente ao seu campo de acção.

O historiador, o arqueólogo ou o investigador do Património Industrial, tem de interpretar o edifício. É o local, o edifício, que permite apreender a “personalidade” do objecto de estudo.⁵⁰⁹ Aqui o trabalho “típico” do historiador – análise e interpretação de documentos – tem de ser combinado com uma forte componente de trabalho de campo. Parte-se do edifício, (ou do sítio) e a ele se retorna periodicamente com novas interrogações colocadas pelo estudo de outras fontes. O investigador, tendo como objecto o Património Industrial, vive num permanente vaivém entre a documentação e o edifício, a um e a outro colocando interrogações para obter respostas.

Torna-se necessário ter uma abordagem arqueológica sobre o edifício ou o sítio, compreendê-lo como um espaço que interage com um contexto que ultrapassa muitas vezes as suas paredes – o abastecimento de matérias-primas, o recrutamento de mão-de-obra, os circuitos de distribuição – apreendê-lo como um espaço com muitas dimensões diferentes: técnicas, sociais, económicas, culturais e por vezes também políticas.

É fundamental que o investigador que trabalha sobre o Património Industrial tenha um espírito aberto e uma forma de trabalho interdisciplinar que lhe permita encontrar em diferentes áreas de investigação especialistas e técnicas que o ajudem a responder às suas interrogações.

Num estudo sobre Arqueologia Industrial e Musealização no Brasil (2202) esclarece-se: *“Os componentes do Património Industrial são artefactos integrantes da cultura material, isto é, aquele segmento do universo material, socialmente apropriado pelo homem, que lhes dá forma e/ou função e sentido. Assim nas palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses, «O*

⁵⁰⁷ Mendes, A. (1995), op. Cit., p. 53-54

⁵⁰⁸ Andrieux, Jean-Yves, (1992), *Le Patrimoine Industriel*, Paris, PUF, 1992

⁵⁰⁹ Andrieux, Jean-Yves, (1992), op. Cit.

conhecimento de tal apropriação é indispensável para entender a operação humana sobre a natureza e a organização das relações dos homens entre si. A cultura material, e mais precisamente os artefactos (...) precisam de ser entendidos, (...) como produtos e vetores das relações sociais: aquilo que constitui o âmago de significações dos artefactos é, afinal, sua condição de trazerem embutidos, em sua própria materialidade, atributos e propriedades que decorrem das formas segundo as quais os homens se organizam em sociedade. Além de testemunharem essa matriz social, os artefactos também funcionam como reforço das relações sociais de que derivam, garantindo a reprodução de certas configurações da sociedade.»⁵¹⁰

No presente caso da Central Eléctrica o estudo complementar e interdisciplinar de fontes escritas (documentação da empresa, imprensa, obras historiográficas), dos testemunhos orais e dos testemunhos materiais, permite abordar importantes questões de história local como: a história da empresa Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, o edifício (nos seus aspectos funcionais, técnicos e estéticos), a localização e acessibilidades,⁵¹¹ as questões energéticas, as questões tecnológicas, a evolução do gosto através das diferentes produções de tecido,⁵¹² as condições de vida operária (alojamento, saneamento, abastecimentos de água e de energia aos locais de trabalho e de habitação), o processo de ensino-aprendizagem no meio técnico da Fábrica,⁵¹³ as aplicações da energia eléctrica – processos industriais, iluminação pública e equipamento doméstico, entre outras – e suas implicações.⁵¹⁴

Em Portugal a Arqueologia Industrial desenvolve-se sobretudo a partir de 1977-78, integrada num movimento vasto de preservação do património cultural, a que não foi alheio o contexto do pós-25 de Abril, a tomada de posição pelas populações, o reforço do poder local, etc. Na década de 80 surge a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa cuja principal preocupação foi *“a necessidade de salvaguarda do Património Industrial móvel e imóvel, suporte da história industrial portuguesa, com fins museológicos.”*⁵¹⁵

⁵¹⁰ Rufinoni, M. R., “Arqueologia Industrial e Musealização”, trabalho apresentado na disciplina Património Arqueológico e Musealização, Universidade de São Paulo, 1.º trimestre de 2002

⁵¹¹ V. p. 39, a este propósito a localização de armazéns da Companhia junto dos caminhos de ferro e o equacionar de uma proposta de uma construção de um ramal da linha férrea até ao interior da Fábrica

⁵¹² Veja-se a este propósito a referência, na entrevista de Mário Fadigas, à existência de produções específicas para a Ultramar, diferentes dos gostos existentes na Metrópole. Anexo II.

⁵¹³ V. referências a este tema na entrevista de Mário Fadigas. Anexo II.

⁵¹⁴ Cf. Referências a estes tópicos em Mendes, A. (1995), op. cit

⁵¹⁵ Custódio, J. (1991), op. Cit. p.3 Concretamente em relação às centrais hidro-eléctricas, em 1986, J. Custódio considera que a sua história está por fazer e que esta esteve frequentemente ligada a casas estrangeiras estabelecidas em Portugal, designadamente a de Emilio Biel no Porto. (p.88)

Foi precisamente em Alcobaça, num Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, em 1978, que Pais da Silva apresentou publicamente o seu texto “Pretérito Presente” – um texto fundamental sobre património – no qual são enunciados muitos dos factores que contribuem para a degradação do património. Nessa enumeração de factores podemos encontrar vários que neste momento ameaçam o nosso objecto de estudo; talvez o principal de todos seja “*o desaparecimento da função inicial para que foi criada*”.⁵¹⁶ A Central Geradora de Electricidade queda-se agora sem função, sem gerar coisa nenhuma material, mas não sem memória que gera também saudade e inconformismo por todos os que diariamente circulam na estrada da Fervença, a mesma estrada que teve um pequeno troço desviado permitindo assim aumentar e rentabilizar o espaço da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, a mesma estrada que serpenteante, nos mostra após uma curva a visão deprimente do edifício da Central Eléctrica quase destelhado, degradado, “morrendo”.

Poderemos acusar desta morte, escolhendo na lista elaborada por Pais da Silva, agentes como o envelhecimento natural, a poluição atmosférica, a erosão, a pluviosidade, mas não poderemos certamente ilibar outros agentes aí referidos como a ignorância dos homens, o alheamento de certos responsáveis da população, a descoordenação da planificação local e regional ou nacional sobre as peças a defender, a falta de formação generalizada dos valores culturais, a incompetência nos sectores responsáveis “*eventualmente resultante de deficiente formação especializada, que nem sempre a boa vontade e o autodidactismo conseguem suprir*”, a burocracia e um comodismo generalizado.⁵¹⁷

Em torno do edifício da Central Eléctrica podem delimitar-se muitas referências culturais do crescimento urbano e industrial de Alcobaça. **Tendo tomado como eixos de investigação o crescimento industrial, as estruturas socio-culturais desenvolvidas no interior da Fábrica e o processo de electrificação da Vila consideramo-los como indicadores da memória e definidores do nosso fenómeno patrimonial.**

Estes indicadores da memória funcionam como guias de uma linha de preservação que se traduziu na recolha, estudo e análise da Central Eléctrica como um fenómeno patrimonial no contexto da região de Alcobaça.

Em 1999 decidimos apresentar à comunidade alcobacense as nossas linhas de estudo deste fenómeno patrimonial, no Colóquio “Alcobaça: Que Museus?”. O movimento gerado

⁵¹⁶ Pais da Silva, J. H., Pretérito Presente: Para uma teoria da preservação do Património Histórico Artístico, Lisboa, p. 26

⁵¹⁷ Pais da Silva, J. H., op. Cit., p. 26-27

a partir da nossa comunicação veio confirmar-nos o sentimento de apropriação que uma parte significativa da comunidade tem pelas memórias ligadas à Fiação e Tecidos.

O abaixo assinado dirigido ao Presidente da Câmara, apesar de não ter tido o efeito pretendido pelos participantes no Colóquio, reforçou a nossa percepção da pertinência de um estudo e uma intervenção nesta área.

A nosso ver a Central Eléctrica justifica uma intervenção, não só por razões “sentimentais” (a ligação que muitos alcobacenses demonstram ter com o espaço), mas também “turísticas” (é um espaço privilegiado para um equipamento cultural), “estéticas” (o edifício da Central tem uma imponência significativa) e também técnicas: o avanço técnico que significou para Alcobaça a construção desta Central, a possibilidade da utilização da luz eléctrica no quotidiano dos núcleos urbano e industrial.⁵¹⁸

Sendo que frequentemente em casos de intervenção no Património Industrial se preserva o núcleo central (a Fábrica – unidade produtora) e se esquecem estruturas e equipamentos periféricos, como por exemplo os açudes⁵¹⁹ esta intervenção poderia representar a preservação de uma estrutura periférica ao centro do complexo industrial, mas altamente significativa, não impedindo a adaptação e progressão do espaço produtivo (núcleo de produção fabril) para outros fins industriais. **Seria uma complementaridade no mesmo complexo industrial entre a preservação de memórias, a utilização cultural e a evolução do espaço para a prossecução do percurso de desenvolvimento industrial.**

Existem já algumas experiências bem sucedidas de Musealização de elementos de Património Industrial em Portugal. Citamos, a título de exemplo, o Museu do Trabalho de Setúbal, (na antiga Fábrica de Conservas Periennes), a Mundet no Seixal (numa antiga Fábrica de Cortiça), a Central Eléctrica de Fafe, as Minas de Lousal, A Fábrica do Inglês, em Silves (numa antiga Fábrica de Cortiça). A estes casos recorreremos como exemplos de algumas das sugestões programáticas propostas para o nosso fenómeno patrimonial.

⁵¹⁸ “O texto [da Declaração em Defesa das Construções e Instalações Utilitárias, desenvolvido pelos membros do Grupo de estudos de História da Técnica, ligado ao Centro de Memória, da Universidade Estadual de Campinas, 1997] refere-se a algumas edificações utilitárias tombadas, mas sempre segundo critérios estéticos, turísticos, sentimentais, aristocráticos e políticos e não por sua importância na história da técnica e da cultura. Uma maior conscientização da importância desse património, principalmente relacionado à história da técnica, deverá nortear futuras decisões com respeito ao tombamento de monumentos desta natureza.” In Rufinoni, M. R., op. Cit.

⁵¹⁹ “(...)Até mesmo quando sedes de fazendas são tombadas, é dada especial atenção ao edifício principal, mas seus equipamentos anexos não recebem o devido tratamento. É o caso dos açudes, adegas, aquedutos, casas de colonos, e diversos outros elementos.

Problema idêntico ocorre com os núcleos urbano-industriais e seu entorno, muitas vezes descaracterizados pela inobservância da inter-relação entre as edificações principais, o sítio em que estão inseridas e outros anexos como, por exemplo, as Vilas operárias e outros equipamentos urbanos. (...)” in Rufinoni, M. R., op. Cit.

Entrevistada sobre a Central Eléctrica da Fiação e Tecidos, a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Alcobaça, Dra. Alcina Gonçalves, reconheceu que o processo de liquidação da Fábrica de Fiação e Tecidos decorreu num período complicado para o executivo municipal que, tendo tomado posse há pouco tempo, elegeu outras prioridades de intervenção. Presente no leilão da Fábrica a Câmara adquiriu o busto de Araújo Guimarães – para mais tarde aplicar na cidade – mas não se interessou no momento pela Central Eléctrica, por falta de dinheiro e provavelmente também por alguma desatenção.⁵²⁰ No entanto, nessa mesma entrevista, a Vereadora da Cultura declarou – em seu nome e no do Presidente da Câmara, Dr. Gonçalves Sapinho – que a Câmara está disposta a reavaliar a situação. Estando actualmente a trabalhar na requalificação do espaço urbano, a Câmara não tem ainda nada previsto para aquela área, mas a Vereadora reconheceu a importância da Central Eléctrica, não rejeitando uma hipótese de intervenção.⁵²¹

⁵²⁰ Referências no âmbito da entrevista concedida, a propósito deste trabalho, pela Vereadora da Cultura, Dra. Alcina Gonçalves, em Maio de 2002

⁵²¹ Idem

2 – A INTERVENÇÃO MUSEOLÓGICA NA CENTRAL ELÉCTRICA DA FÁBRICA FIAÇÃO E TECIDOS

Definimos já os critérios que nos levam a considerar a Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça como um fenómeno patrimonial no contexto do concelho de Alcobaça.

Impõe-se portanto, na nossa perspectiva, uma **intervenção de salvaguarda deste património.**

Poderemos considerar a pesquisa necessária à definição do fenómeno patrimonial ela própria como um acto de salvaguarda: ao “salvar” documentação escrita, depoimentos, imagens... ao recolher os elementos associados à Central Eléctrica, foi já conseguido um trabalho de salvaguarda; ao traçar um percurso evolutivo da modernidade alcobacense equacionado a partir da Central Eléctrica houve necessariamente um trabalho de salvaguarda e de reflexão sobre memórias alcobacenses.⁵²²

Defendemos no entanto uma intervenção mais forte, com mais impacto e efeitos mais práticos e mais abrangentes para a população alcobacense.

A intervenção sobre património é normalmente um tema polémico, porque tem de apresentar a justa medida entre uma perspectiva “purista” que defende a recuperação do património segundo as suas características iniciais (a não alteração das características do elemento patrimonial) e uma perspectiva dinâmica que visa a reintegração dos indicadores da memória na dinâmica da vida actual da comunidade, conferindo-lhe funções de agentes de desenvolvimento, de suportes de reflexão, mas de alguma forma a sua integração no presente e futuro da comunidade que os gerou.

A recuperação do património tem de ser um acto do presente e para o presente. Os critérios de salvaguarda e reutilização do património têm de ser definidos em função do presente e não do passado, caso contrário o património torna-se um encargo e um estorvo, sem ser rentabilizado em prol da comunidade a que pertence.

É segundo esta perspectiva que defendemos uma intervenção museológica na Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.

⁵²² Veja-se, por exemplo, o trabalho de Custódio, J. e Folgado, D. (1999), *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Lisboa, LH, em que os autores fazem um estudo e um inventário das memórias industriais da zona oriental e Lisboa, visando, nas suas próprias palavras, “*poder contribuir para o reconhecimento e salvaguarda dos valores industriais da cidade oriental, através de uma identificação da sua história e dos seus edifícios notáveis, da caracterização do valor patrimonial, artístico-arquitectónico e técnico das unidades sobreviventes.*” (p.12)

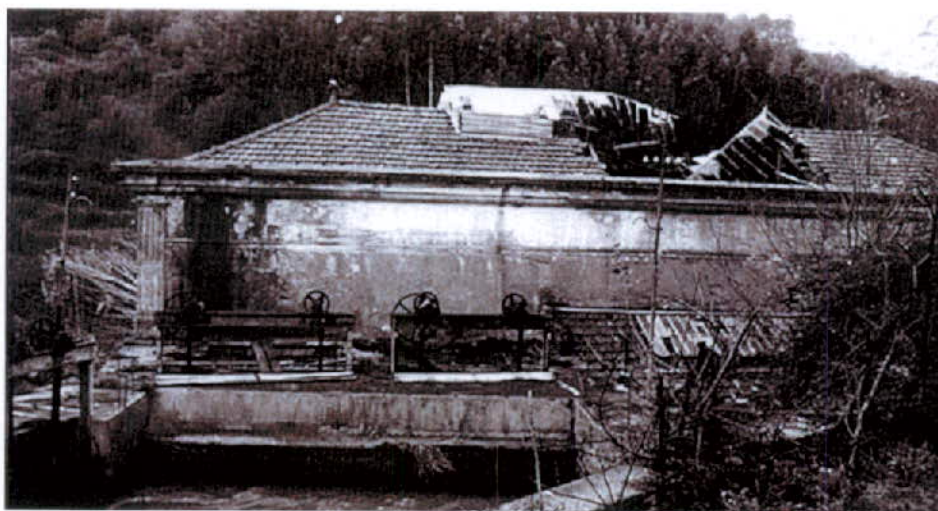
Os edifícios da Fábrica estão já a sofrer adaptações para receber outra indústria.

O edifício da Central Eléctrica espera ainda...com muita dificuldade já, pois encontra-se em estado de acelerada degradação. Pelo seu carácter emblemático do processo de crescimento da Vila de Alcobaça – que hoje já se tornou cidade – parece-nos reunir este edifício ainda, com as forças que lhe vão faltando, as condições para perpetuar a memória desta época e revertê-la a favor da cidade de Alcobaça e da sua população.

Uma intervenção museológica no espaço da Central Eléctrica não permite nem procura, de forma alguma, devolver-lhe a sua função inicial, mas sim conferir-lhe outras funções, inseridas agora num enquadramento diferente, numa sociedade que mudou, numa nova lógica urbanística, colocando os testemunhos do passado ao serviço do presente e do futuro da comunidade que por eles sempre foi responsável.



Os edifícios do Fábrica na actualidade



Alerta sobre o estado da Central Eléctrica em 1996 (Espaços ADEPA 1, p. 53)

Assim, o conceito gerador⁵²³ deste fenómeno museológico, que defendemos, será o seguinte:

Esta Unidade Museológica privilegiará os indicadores da memória relativos aos processos socio-económico-culturais inerentes às relações que se estabeleceram entre os recursos naturais, a industrialização e a urbanização de Alcobaça, a partir da Musealização da Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, com vista à problematização do perfil contemporâneo deste município.

Segundo Varine, H. de (1969) *“o Museu é o Bilhete de Identidade do ser social, enquanto indivíduo, membro de uma comunidade, cidadão.(...) Porque o desenvolvimento de um indivíduo ou de uma comunidade não se pode fazer senão a partir do interior, dos elementos existentes. (...) O Museu oferece com efeito ao homem, de uma maneira directamente utilizável, os elementos essenciais da sua cultura específica,(...) Todos os valores fundamentais que fazem do indivíduo um elo na sua «comunidade genealógica», que lhe conferem a sua existência específica, encontram-se no Museu, assim como todas as respostas que foram encontradas pelo seu grupo humano aos problemas sucessivamente ou simultaneamente colocados. Mas também, podemos e devemos encontrar no Museu os valores e as respostas recebidas do exterior que são úteis e necessárias ao desenvolvimento, mas que não serão eficazes senão quando perfeitamente digeridas, fundidas na massa dos valores e das respostas tradicionais.”*⁵²⁴

No caso concreto da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos podem analisar-se, numa realidade museológica, o aproveitamento dos recursos naturais da região como elementos ao serviço do desenvolvimento económico-social da comunidade; a tradição de utilização da força dos rios como força motriz que marcou a evolução tecnológica das formas e meios de produção na região: dos moinhos e lagares que anteriormente existiram no mesmo local, às turbinas que marcaram a evolução da produção de energia, até à construção da Central Hidro-Eléctrica.

Todo este percurso – que talvez por ser recente se tem valorizado pouco – revela elementos fundamentais na cadeia de desenvolvimento que desenhou o perfil actual da Cidade. O impacto que a utilização generalizada da energia eléctrica teve e tem na qualidade de vida,

⁵²³ Seguimos neste ponto a terminologia utilizada por Bruno, C. (2000) *Museologia: a luta pela perseguição ao abandono* – tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo.

⁵²⁴ Varine, H. de (1969) *“Le musée au service de l’homme et du développement”* in Désvallés, André, (coord. de) (1992) *Vagues*, 1.º vol., Ed. W, M.N.E.S., pp. 54-58.

poderá ser analisado, de forma bastante precisa ao nível local, a partir de uma Unidade Museológica deste tipo.

A Fábrica Fiação e Tecidos, resposta local ao desenvolvimento industrial, na esteira de anteriores utilizações da força dos rios, opera um salto qualitativo na história da Cidade. Não se tendo o desenvolvimento confinado à utilização dos recursos locais, será desejável que a Unidade Museológica consiga evidenciar a capacidade demonstrada para estabelecer ligações com capitais, mão-de-obra e tecnologia exteriores: Brasil, Porto, Inglaterra, E.U.A., Espanha, ...

Ao considerarmos como um dos vectores de análise as estruturas socio-culturais criadas na e a partir da Fábrica conseguimos divisar o complexo industrial da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça como um motor de desenvolvimento com várias facetas: para além de pólo empregador, produtor de riqueza e gerador de bem estar material, devemos encara-lo também como formador de uma classe e de uma identidade operárias até aí não significativa em Alcobaça. Esta identidade operária reflecte-se, não só em estruturas socio-culturais e profissionais (banda, caixa de socorros, bombeiros, sindicato), mas tem implicações na projecção de Alcobaça para além do seu espaço (na difusão de produtos, na divulgação do trabalho), é responsável por um desenvolvimento urbanístico e por um certo traçado geográfico e topográfico. O complexo industrial deve ser analisado como uma encruzilhada de caminhos que nos revelam percursos e locais de origem do seu operariado.

Um Pólo Museológico deste tipo na Central Eléctrica da Fiação e Tecidos poderia propiciar o encontro da população de Alcobaça com a sua identidade e, como a propósito do projecto de Musealização da Fábrica do Inglês, em Silves, escreve Jorge Custódio, J. (1999): *“O espaço museológico irá estabelecer o reencontro da população com a sua identidade fabril, mais recente. Identidade significa coesão cultural e perpetuação da memória colectiva.”*⁵²⁵

Segundo Casal, A. Y. (1999) *“O passado ocupa, em relação ao presente, um espaço comparável ao do inconsciente individual em relação ao consciente.”*⁵²⁶ Assim, o passado é sempre factor influente no presente, mas o presente também determina a nossa visão do passado. O património é uma construção do presente. *“A essência dos objectos patrimoniais diz respeito ao passado, mas é nos tempos modernos que ela se manifesta, se legitima e se*

⁵²⁵ Custódio, Jorge, (1999) “Introdução ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês” in Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês: Exposição Permanente. Estudos. Catálogo, Silves, Fábrica do Inglês, p.20.

⁵²⁶ Casal, A. Y., (1993), “Património e Modernidade” in Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias. Tondela, 29-31 Outubro de 1993, Porto: Câmara Municipal de Tondela, 1999, p.57

*incorpora nas instituições públicas*⁵²⁷ Os patrimónios que existem naturalmente só se transformam em herança quando apreendidos pela comunidade. Só quando apreendidos (poderíamos mesmo dizer reconstruídos no seu significado para o presente) se tornam um legado de gerações anteriores que deve ser transmitido às gerações futuras; tornam-se assim uma herança da comunidade.

Devido ao elevado valor patrimonial atribuído aos objectos musealizáveis, a conservação foi – durante muitos anos – a principal preocupação da Museologia: conservar e mostrar objectos de carácter excepcional. Esta postura, na opinião de Moutinho, M. (DATA) é responsável pelo aspecto elitista e pouco atractivo da maior parte das instituições museológicas, uma *“capacidade que a generalidade dos Museus do dia a dia, ou seja os Museus de colecções dependentes de Ministérios ou Fundações, têm para afastar o público que tanto pretendem convencer, para cercear a imaginação, para criar a indiferença e no fim de contas promover o afastamento.*

Tenho, hoje mesmo, dúvidas que o Museu tradicional seja o lugar mais indicado para ver e apreciar “obras de arte”, pois colocam um dilema sem solução:

- *se o Museu é pequeno, tem pouca coisa para ser vista ou mesmo olhada e só com esforço se faz sair da medianidade um objecto ou dois para assumirem a difícil justificação da visita;*
- *se o Museu é grande, cheio de coisas raras e belas, fica sempre o comentário idiota, de que para ver tudo seriam precisos muitos dias, meses ou anos, adiando assim eternamente uma satisfação que provavelmente nunca virá.*⁵²⁸

Com efeito a Museologia tem procurado uma evolução para se adaptar às necessidades de uma sociedade em mutação, encontrando estratégias que lhe permitam comunicar com o seu público. Poderemos considerar que as novas correntes da Museologia se centram sobretudo na comunicação, considerando o valor dos objectos enquanto indicadores ou testemunhos de processos que se procuram comunicar ao público. Tudo o que está no Museu fala do Homem; os objectos são fruto do processo de desenvolvimento do Homem em comunidade e é para essa comunidade que se deve organizar o processo museológico.

Varine, H. de (1969) afirma-nos claramente que o ponto fulcral do Museu é o Homem e as questões relacionadas com o seu desenvolvimento em comunidade. Assim, para este autor – um dos mentores do movimento da Nova Museologia – o Museu deve mesmo abandonar as suas restrições disciplinares, (arte, antropologia, etc) tendo como único limite o Homem e

⁵²⁷ *Idem*, p.57

⁵²⁸ Moutinho, M. 20 Anos de Museologia: Um Caminho de Dúvidas e Opções, p. 61.

a sua complexidade. Nesse sentido o responsável do Museu tem de ter sobretudo como preocupação o desenvolvimento, ele deve mesmo ser um *“técnico de desenvolvimento”*.⁵²⁹ O Museu deve pois ter como objectivo norteador da sua acção a participação no desenvolvimento da comunidade em que se insere.⁵³⁰

A criação de um facto museal deve entender a Museologia como “um recurso ao serviço dos desenvolvimentos”. A Museologia tornar-se-á então *“uma forma de relacionamento com os outros, um meio de aprofundar solidariedades, um lugar de acção e de reflexão.”*⁵³¹

A Museologia assim encarada tem uma forte componente pedagógica e sociológica: ela parte do património – indicador da memória, do passado – mas não se confina a ele: utiliza-o para questionar, inquietar, movimentar, gerar desenvolvimento. Mas esse desenvolvimento tem sempre de estar de acordo com as características identitárias da comunidade.

O conhecimento dos traços identitários de uma comunidade é tanto mais urgente quanto a sociedade da comunicação corre o risco de nos fazer “cidadãos do mundo” sem nos enquadrar na nossa comunidade. *“A globalização tem vindo sistematicamente a padronizar estilos de vida e comportamentos, eliminando sistematicamente as diferenças que marcam a identidade local e as referências temporais, fundamentais na construção/preservação da memória colectiva.”*⁵³² É a coesão cultural, o sentido de identidade que permite a uma comunidade manter o rumo do seu desenvolvimento, escolher com alguma segurança as soluções de desenvolvimento adequadas em cada momento. Assim: *“Os Museus são espaços de resistência, uma vez que podem operar como identidades locais (em devir) frente à tentativa de massificação cultural”*.⁵³³

É neste contexto de Museu agente de desenvolvimento, de guardião e motor de um percurso identitário, que defendemos a Musealização da Central Eléctrica.

A partir da Central Eléctrica, como um elemento do processo industrial, pode abordar-se toda uma faixa cronológica e temática do processo de desenvolvimento da região de Alcobça, tratando uma memória ampla e multifacetada, para a colocar ao serviço da continuidade do processo de desenvolvimento da mesma comunidade, constituindo o Museu/Uni-

⁵²⁹ Varine, H. de (1969) “Le musée au service de l’homme et du développement” in Désvallés, André, (coord. de) (1992) *Vagues*, 1.º vol., Ed. W, M.N.E.S., p.59.

⁵³⁰ Idem. pp.66-67.

⁵³¹ Moutinho, 20 Anos de Museologia: Um Caminho de Dúvidas e Opções.

⁵³² Brandão, J. (2002). *Compromisso Social e Identidade nos Museus Mineiros*. Comunicação apresentada ao III Congresso Internacional sobre Patrimonio Geológico y Minero, Cartagena (aguarda publicação nas actas). P. 2

⁵³³ Chagas, M. cit in Brandão, J., Op. Cit.

dade Museológica um pólo aglutinador, um forum de discussão sobre as questões económico-sociais do concelho.

Consideramos que assim o desenvolvimento poderá ser de facto *“um processo de mudança da qualidade de vida dos cidadãos e de construção/consolidação dos seus direitos de cidadania, fundado na exploração sustentável dos seus recursos (...)”*⁵³⁴

O processo de preservação da Central Eléctrica tem condições para ser um trabalho partilhado por parte significativa da população. O trabalho de definição do fenómeno patrimonial – que já reuniu participações várias – provou-nos o significado e o efeito catalisador das memórias associadas à Central Eléctrica e à Fiação e Tecidos. A colaboração empenhada dos seus antigos trabalhadores, dirigentes e até, note-se, do liquidatário judicial do estabelecimento industrial, (que foram determinantes para a compreensão/construção do fenómeno patrimonial), deixa entreaberto todo um caminho de colaboração que teria a vantagem de poder envolver parte da população que por vezes se inibe de participar em debates sobre o futuro do concelho, por não se considerar na posse dos conhecimentos adequados.

Ao trabalhar e evidenciar os conhecimentos de grupos específicos – como por exemplo os antigos trabalhadores da Fábrica, alguns em situação de desocupação – a Unidade Museológica da Central Eléctrica poderia cumprir uma importante função social, de integração de grupos, de novas perspectivas de participação, a partir dos indicadores de outras memórias de outras participações ocorridas no mesmo espaço. O Museu/Unidade Museológica tornar-se-á assim local e motor de **formação permanente**.

Neste nova perspectiva o museólogo tem de ser um profissional versátil, um técnico de desenvolvimento que coloca os seus saberes ao serviço da comunidade: *“O funcionamento do novo Museu, baseado na existência de grupos agindo sobre o seu próprio futuro retira ao museólogo a função de decidir sobre a definição de cada acção. A sua competência afirma-se quando ele coloca a sua formação específica ao serviço dos diferentes projectos.”*⁵³⁵ Uma postura deste tipo tornará a Museologia *“seiva de cidadania”*⁵³⁶, implicando a participação activa de grupos de cidadãos nas diferentes fases do processo de tal modo que *“(...) a busca conjunta do exercício da cidadania e da identidade cultural, poderá constituir-se no principal objectivo da nossa política de preservação.”*⁵³⁷

⁵³⁴ Brandão, J. Op. Cit., p.3

⁵³⁵ Moutinho, M. 20 Anos de Museologia: Um Caminho de Dúvidas e Opções. p.64.

⁵³⁶ Moutinho, M. Idem, p. 65.

⁵³⁷ Brandão, J. Op. Cit., p.4.

O trabalho sobre as memórias recentes tem, necessariamente, vantagens e desvantagens: este tipo de património se por um lado é normalmente desvalorizado por não ser considerado “cultural” ou “estético” e se torna muito vulnerável à delapidação ou simplesmente ao abandono, por outro lado será aquele que maior participação poderá congrega por poder reunir ainda testemunhas presenciais em debates, na construção de exposições, em suma, na rentabilização de saberes.

A Musealização de indicadores da memória industrial tem sido alvo, em Portugal, de uma atenção crescente da comunidade científica e museológica. Destacamos aqui algumas afirmações inseridas nesse contexto, com as quais concordamos e que contribuem para fundamentar as nossas preocupações e propostas, adaptadas à realidade alcobacense:

- Fernando António Baptista Pereira, em 1997, na sua qualidade de presidente da Associação Portuguesa de Museologia, que alerta para a necessidade urgente de fazer um inventário de Património Industrial e de intervir museologicamente numa parte desse património, uma vez que vivemos numa época que classifica de desindustrialização, em que diariamente se encerram unidades industriais, se desactualizam processos e máquinas e se perdem memórias.
- Lopes Cordeiro, que em 1986, evoca de novo as palavras do pioneiro Sousa Viterbo, para, quase um século depois lembrar a necessidade cada vez mais premente *“de se proceder não só ao inventário completo do nosso Património Industrial (...) como também ao seu tratamento museológico em virtude do elevado valor didáctico que apresenta.”*⁵³⁸
- José Sarmiento de Matos (1999), (acerca do trabalho realizado por Custódio, J. e Folgado, D.) quando alerta para o facto de que em Portugal, frequentemente *“por hábito se sacrifica o mais recente em prol de uma errada política de valorização exclusiva do mais antigo”*⁵³⁹

Existem no território português experiências de Musealização de espaços industriais bastante proveitosas para as respectivas localidades. Algumas destas experiências – que abordaremos mais à frente como exemplos em que nos baseamos para algumas das soluções programáticas propostas – têm conseguido envolver a população que

⁵³⁸ Cordeiro, J. Lopes, (1986), prefácio à reedição pela Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, do citado trabalho de Sousa Viterbo. Cit. in Ramos, Paulo Oliveira, Breve História do Museu em Portugal, in Rocha-Trindade, Maria Beatriz (coord. de), Iniciação à Museologia p. 39.

⁵³⁹ Custódio, J. e Folgado, D. (1999) Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial, Lisboa, Livros Horizonte

anteriormente trabalhava na unidade industrial, proporcionando-lhe assim a reintegração/reinvenção no mesmo espaço e um sentido de importância e coesão que se reflecte na seriedade de abordagens e reconstituições dos contextos realizadas pela Unidade Museológica.

Tomemos como referência as palavras de Graça Filipe (1997), a propósito da Musealização do espaço da Mundet, no Seixal: *“Ao transformar um espaço de trabalho do tipo industrial em espaço museológico, desloca-se o princípio da conservação, da noção de colecção objecto tradicional do Museu, para o edifício, ele próprio considerado ao mesmo tempo contentor e conteúdo.”*⁵⁴⁰

Defende ainda, ao expor este mesmo projecto, a necessidade de um trabalho de conservação integrada, desempenhado por uma equipa interdisciplinar, com o apoio e a colaboração das memórias dos antigos trabalhadores, que deve desenvolver-se segundo três pontos-chave:

- *“a constituição de um grande banco de dados sobre a indústria corticeira no Seixal”* – pólo de investigação e difusão de saberes
- *“instalação de serviços públicos, culturais, de lazer e outros, ligados a programas de formação”*
- *“a promoção e actividades geradoras de produção (em que pode inserir-se a vertente turística) a partir da preservação do património.”*⁵⁴¹

Em síntese – a musealização da central eléctrica, encarando a Museologia como uma área do conhecimento que deve actuar em prol do desenvolvimento das comunidades, pretende rentabilizar elementos da memória industrial e da modernidade da região, proporcionando a existência de um equipamento cultural com potencialidades para congregar a participação da população no desenvolvimento local.

A formação de uma entidade museológica é uma questão que tem suscitado debates em diferentes momentos e protagonizados por diversos elementos da comunidade alcobacense, ou com ela relacionados.

⁵⁴⁰ Filipe, G. (1997) “Antigas Fábricas em Meios Urbanos – Como Transformar os Espaços de Trabalho em Locais de Cultura” in *Arqueologia Industrial*, 3ª série, Vol. I, n.º 1-2, 1997, p. 130

⁵⁴¹ Idem, p. 132

2.1 – O PERCURSO DA IDEIA DE MUSEU EM ALCOBAÇA – AS PROPOSTAS ACTUALMENTE EM DESENVOLVIMENTO

Tendo um monumento que é Património Mundial classificado pela UNESCO desde 1989⁵⁴², Alcobaça revela um curioso percurso cheio de vicissitudes quanto à concretização de uma entidade museológica.

Consideramos que este assunto poderia mesmo ser alvo de um trabalho específico mas, pelas implicações que as características locais podem ter na concretização da nossa proposta, dedicamo-nos aqui a narrar e analisar brevemente este processo, até aos seus mais recentes desenvolvimentos, dando especial ênfase às referências feitas à Musealização relacionada com elementos do período industrial da região.

A primeira referência que nos surge é na documentação da própria Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, em 1885, em que se diz *“Havendo por decreto de 24 de Dezembro de 1883 sido criado nesta cidade um Museu comercial e industrial, a direcção convencida, não só de que este instituto poderá eficazmente contribuir para se levantar e propagar a instrução industrial no nosso país, mas de que, pelo seu carácter de exposição permanente, deverá tornar conhecidos e procurados os artefactos aí colocados, resolveu solicitar no edificio do Museu o espaço necessário para expor os seus produtos fabris, os quais já para aí foram enviados.”*⁵⁴³

1883 é o ano em que são instituídos os Museus Industriais de Lisboa e Porto, durante o Ministério de Fontes Pereira de Melo,⁵⁴⁴ mas não encontramos referências a outras cidades. Será que a Direcção se está a referir ao Museu Industrial do Porto, cidade onde é redigido o relatório e onde está sediada a empresa? Embora esta seja uma referência isolada, da qual não encontramos sequência, ela é demonstrativa de que a própria Companhia considerava os seus produtos dignos e oportunos para figurar numa instituição museológica.

Outra referência que nos surgiu foi numa obra historiográfica – a *História de Portugal*, da autoria de Serrão, V. (1995) – em que se refere a existência de um Museu Municipal em Alcobaça, anterior à 1.ª República. A referência é feita numa lista de Museus de Arte e

⁵⁴² *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, vol. 2, Lisboa, IPPAR, 1993.

⁵⁴³ *Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*, 1885, pp. 6 e 7.

⁵⁴⁴ *História de Portugal em Datas*, p. 227.

Etnologia existentes pelo País.⁵⁴⁵ Terá esta referência alguma relação com uma Portaria de 4 de Agosto de 1837 que cede à Câmara Municipal a Sala dos Reis do Mosteiro de Alcobaça para instalação de um Museu? De qualquer forma, se assim for, esse Museu não chegou a ser instalado, pois em 1919 essa Portaria é invocada para a instalação do Museu.⁵⁴⁶

É em 1913, em plena época de euforia pelo advento do novo regime e seus ideais, que a ideia do Museu Municipal volta a saltar para as primeiras páginas dos jornais, onde se anuncia para breve o Museu e se enuncia o seu programa. O local seria a Igreja Nova, que parece ter deixado de ser utilizada e se situava no largo principal da Vila, em local fronteiro ao Mosteiro. Nessa altura apela-se à participação da população na construção daquilo que nos parece se queria uma instituição dinâmica, *“carretando para as suas vitrines, para as suas galerias, quantos elementos existem de há muito, ou venham a produzir-se pelos tempos fora, e que como tantos outros documentos possam servir da história local, dos nossos costumes, da nossa civilização, da nossa evolução moral, intelectual e material, no perpassar longínquo das sucessivas gerações.*

*Também aquele poderia ser o local apropriado à celebração de exposições concelhias e de conferências educativas, as primeiras tão de molde a fomentar o conhecimento e expansão dos produtos vários das nossas terras e da actividade adextrada dos nossos braços, as outras entrando com um notável coeficiente no nosso levantamento moral, no aperfeiçoamento das nossas indústrias, no desenvolvimento e prosperidades desse poderoso elemento de riqueza que em toda a parte é a agricultura.”*⁵⁴⁷

No mesmo mês e no mesmo periódico publica Manuel Vieira Natividade um artigo sobre o Museu Municipal, do qual nos diz já ter demonstrado *“as vantagens que trazia à nossa terra”* vinte e cinco anos antes (em 1888, portanto), no jornal “Correio de Alcobaça”. Nessa altura, diz o autor com muita amargura, *“Digladiavam-se, então, partidos políticos, mesquinhas ambições de mando, inimizades injustificadas, suspeitas de lugares rendosos, enigmas de particulares interesses, coisas, enfim, que somadas, não deixaram vingar a ideia.”* Assim *“Aconteceu, então, que não se julgou o momento oportuno – desculpa já decrépita e senil quando uma ideia não acha apoio no espírito dos dirigentes.”*⁵⁴⁸

⁵⁴⁵ Serrão, J. V., *História de Portugal: 1890-1910*, vol. X, Lisboa, Verbo, 1995 (2ªed), pp. 478-480

⁵⁴⁶ Em 1919, é deliberado, em Sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal, de 17 de Novembro, *“Criar um Museu Municipal e fazer a sua instalação na Sala dos Reis do Mosteiro, a esta Câmara cedida por Portaria de 4 de Agosto de 1837”* Semana Alcobacense n.º 1521, de 23/11/1919.

⁵⁴⁷ Semana Alcobacense n.º 1186, de 18/5/1913, 9.2

⁵⁴⁸ Semana Alcobacense n.º 1187, de 25/5/1913, p.1

Com uma perseverança que parece ter sido característica deste grande vulto de Alcobça, Manuel Vieira Natividade lamenta vinte e cinco anos de trabalho perdido e de peças e outros testemunhos desaparecidos, mas lança-se a anunciar aquele que idealiza como o programa adequado para o futuro Museu. Enuncia assim um verdadeiro programa de adaptação do espaço da Igreja (pelo qual nos parece demonstrar um respeito notável, em plena época de republicanismo, em que muitos prefeririam certamente a demolição do edifício), para a instalação do Museu, que encara como instituição dinâmica e útil à comunidade alcobacense, ao prever espaços vários para conferências e exposições: “*A velha igreja paroquial dará o mais belo salão para Museu, para sala de conferências, para sala de exposições. Correr-se-ia a meia altura um largo varandim para instalações leves; o coro dará um belo local para duas ou três pequenas secções; na sacristia instalar-se-ia a biblioteca, e ainda, por fim, no caso de ser pequena, facilmente podia ser adquirido por compra o terreno anexo que existe em dois dos seus lados. Rasgar-se-iam janelas nas faces laterais da igreja, o que seria extremamente fácil; conservar-se-ia o altar-mor, dispendo como fosse mais razoável em relação aos restantes. O próprio átrio seria belo local para objectos pesados, como sejam restos de pelourinhos, túmulos, cipos, etc.*”

O espaço central da igreja seria destinado a instalações provisórias, e reservado especialmente a exposições concelhias, industriais, agrícolas, etc.

Na fachada da igreja nada se faria. Conservar-se-ia intacta. Nada se pode pôr, nada se pode tirar.(...)O que porém julgo indispensável é ver no Museu uma formosa e educadora instituição, e não motivos de vaidade ou de despeito(...)”

Entusiasmado com um projecto que há vinte e cinco anos acarinha, M. Vieira Natividade oferece “*Quanto à instalação, à ordenação, à catalogação e conservação, ofereço à câmara, gratuitamente, é claro, toda a minha incompetência, toda a energia que pode representar uma vontade que durante vinte e cinco anos foi vencida por motivos que desconheço.*”

Não posso fazer nem oferecer mais.

Das minhas colecções serão depositados no Museu mostruários ou séries, e estas serão certamente o fundo capital da secção de arqueologia.”

Remata o artigo com um apelo ao bom senso e um certo desespero que, penso, tantos anos depois, ainda se compreende em Alcobça quando se tenta realizar algum projecto:⁵⁴⁹

⁵⁴⁹ Ainda recentemente, numa casual conversa de rua sobre o estado do castelo, nos dizia uma senhora idosa: “*O castelo já foi um bocadinho reconstruído, quando veio cá a Rainha de Inglaterra, mas ficou assim, porque a terra é muito política...*”

*"Pedindo aos homens da minha terra um pouco de boa vontade, peço e tenho como certa a existência do Museu municipal (...) o que é preciso é que, para criações desta natureza, os homens sejam de bronze, e não de vidro, que se quebra aos mais ligeiros embates, – como infelizmente e tão vulgarmente acontece na nossa terra."*⁵⁵⁰

No número seguinte do jornal *Vieira Natividade* expõe um verdadeiro "programa para a instalação do Museu" que compreende as secções de arqueologia (de diferentes épocas), arte antiga e arte moderna, etnologia, antropologia, indústria (subdividida em grande indústria, pequena indústria, indústria agrícola e indústria caseira), geologia, madeiras, diversas e biblioteca. Sobre a indústria, concretamente, diz: *"Nas diversas classes será fácil obter a mais bela representação, e serão os próprios industriais quem, por sua honra, e por honra da sua terra, virão trazer ao Museu os seus mais belos produtos. A indústria agrícola, por todos os motivos, terá ali um lugar de honra, e o mesmo acontecerá às restantes."*⁵⁵¹

Todo este discurso se enquadra no espírito da época. A indústria fazia parte dos programas dos Museus locais e regionais criados com a 1.^a República, que devemos integrar num *"intenso sentimento municipalista que então se afirmava em Portugal."*⁵⁵²

No entanto o tão desejado Museu terá ficado por realizar. Em 1915 voltam a surgir notícias sobre este assunto, que fazem depender a sua realização de um empréstimo⁵⁵³, mas em 1919 tudo estava ainda por realizar, como o prova a nota já referida da criação de um Museu na sala dos Reis do Mosteiro de Alcobaça.⁵⁵⁴

Em 1978, no I Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património de Alcobaça, Eduíno Borges Garcia – investigador das áreas de Arqueologia e Etnologia, que dedicou parte da sua vida e dos seus estudos a Alcobaça⁵⁵⁵ – apresenta uma "Proposta dum Esquema de Organização para o Futuro Museu de Alcobaça". Nesta proposta começa por referir que *"a ideia da criação de um Museu em Alcobaça tem um século."*⁵⁵⁶ Nesta

⁵⁵⁰ *Semana Alcobacense* n.º 1187, 25/5/1913, p.1

⁵⁵¹ *Semana Alcobacense*, n.º 1188, de 1/6/1913, p.1

⁵⁵² Nabais, A. Museus de Região in Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord. de), *Iniciação à Museologia* p.260

⁵⁵³ *Semana Alcobacense*, n.º 1351, de 16/7/1915 e n.º 1356, de 20/8/1916

⁵⁵⁴ V. nota 546, p. 167.

⁵⁵⁵ Eduíno Borges Garcia era originário dos Açores e licenciado em Farmácia, mas foi um vulto de grande importância nas referidas áreas e também na Museologia. Cf. *A Voz de Alcobaça*, Ano XVII, III Série, n.º 195, 31 de Janeiro de 1997.

⁵⁵⁶ Garcia, Eduíno Borges, "Proposta dum Esquema de Organização para o Futuro Museu de Alcobaça", comunicação ao I Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património de Alcobaça, 1978 (não publicado)

proposta preconiza um verdadeiro Museu de Região, com finalidades educativas, a partir da organização de uma memória colectiva, considerando como acervo do Museu o que *“diga respeito ao Homem e ao Meio da região, considerando-os no Tempo e no Espaço (...) o conteúdo documentará a presença do Homem na Região de Alcobaça, desde os tempos mais remotos.”*⁵⁵⁷ Animado pelos recentes conceitos de ecomuseu, o investigador abraça entusiasticamente este conceito, considerando como um objectivo deste Museu: *“organizar o arquivo dinâmico da região.”* Encara o Museu como um instrumento útil para a comunidade nomeadamente porque *“representa a memória colectiva e a consciencialização dos desvios da caminhada para o futuro.”*⁵⁵⁸

Explicitando o conceito de Ecomuseu que pretende para a entidade museológica a criar em Alcobaça o investigador diz: *“Assim, o Ecomuseu organiza-se como instituição educativa, que procura enraizar a comunidade no seu passado, como experiência colectiva válida, a qual se deve projectar no futuro com inteligência e bom senso, sempre a favor de toda a comunidade, combatendo as tentativas egoístas e oportunistas, individualistas ou cegas, que possam fazer perigar o equilíbrio Homem-Natureza. (...)”*

*Assim, o Ecomuseu sai das suas quatro paredes e vai até onde exista Património a defender. Apoia-se na comunidade e nos grupos escolares e serve-os, servindo-se deles.”*⁵⁵⁹

A proposta de E.B. Garcia (1978) tinha em consideração a actualidade de Alcobaça pois alerta para a destruição de elementos que deveriam ser preservados: *“Há que impedir a destruição de tanto documento fundamental na história e no relato do que é actual e que amanhã será História.”*⁵⁶⁰

Na orgânica preconizada para o Museu B. Garcia fala do envolvimento da população através de *“grupos de jovens com vocação de verdadeiros animadores, trabalhando com o Museu para o Público e para o Museu com o Público”*.⁵⁶¹ Borges Garcia apresenta mesmo um organigrama para o futuro Museu onde está contemplado o envolvimento das comunidades, das escolas e da associação de defesa do património (ADEPA).⁵⁶²

⁵⁵⁷ Idem

⁵⁵⁸ Idem

⁵⁵⁹ Idem

⁵⁶⁰ Idem

⁵⁶¹ Idem

⁵⁶² V. Anexo VIII.

Quanto ao modelo pretendido B. Garcia pronuncia-se por um Museu descentralizado, mantendo no Mosteiro um núcleo, mas “espalhando-se” por onde existam “*Monumentos/Documentos*”.⁵⁶³

O Museu de Alcobaça é institucionalmente criado em 1985 através do Decreto-Lei n.º 433/85, situado no Mosteiro.

Com existência institucional e Director atribuído o Museu de Alcobaça organizou exposições e publicou catálogos, não sendo perceptível para os visitantes e população local qualquer outra estrutura de Museu para além do próprio monumento do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Na imprensa, encontram-se referências a que, em 1995 a Câmara Municipal de Alcobaça e a Fundação Convento de Orada (sediada em Monsaraz) assinam um protocolo sobre a salvaguarda do Património que visava, entre outros objectivos, a “*definição da estratégia de integração dos sítios e paisagens num roteiro de Musealização e turismo cultural*”.⁵⁶⁴

Em 1996, num artigo intitulado “Museu a Caminho” a imprensa noticia: “*Onze anos após ter sido criado no papel, o Museu de Alcobaça parece agora em vias de concretização. Com efeito, o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), o Patriarcado de Lisboa e a Câmara Municipal acabam de celebrar um protocolo, no sentido de superar os obstáculos que persistiam e tornar finalmente possível o avanço do projecto*”.⁵⁶⁵

Neste mesmo ano sai o primeiro número da Revista Espaços ADEPA, que se intitula “Revista de Património Artístico” e que inclui um artigo da autoria da Directora do Museu de Alcobaça – Maria Augusta Trindade – que apresenta o projecto como em fase de execução. Apresenta o Museu como tendo como objectivo “*construir uma síntese sólida e rigorosa da história do Mosteiro Cisterciense de Alcobaça. (...) O Museu só se justifica como uma via para o conhecimento da vida e da obra que lhe deu origem, da comunidade que o habitou, sua acção na região e no país e inserção nas várias épocas em articulação com a Europa Cisterciense. Outra das suas funções é utilizar os objectos de modo a comunicarem com o pú-*

⁵⁶³ Idem

⁵⁶⁴ Voz de Alcobaça, n.º 173, 31 de Março de 1995

⁵⁶⁵ A Voz de Alcobaça, III Série, Ano XVI, n.º 187, 31 de Maio de 1996.

blico porque eles são a memória de uma situação cultural em que a comunidade interveio.”⁵⁶⁶

O projecto de arquitectura estaria a cargo de Gonçalo Byrne, arquitecto alcobacense, e compreenderia “*Para além das áreas destinadas às exposições permanentes, serviços administrativos, sector destinado ao pessoal e de serviços ao público criaram-se salas para conferências e reuniões, uma pequena biblioteca, cafetaria, self-service, salas para exposições temporárias e um pequeno anfiteatro.*”⁵⁶⁷

Sobre a Programação museológica transmite-nos a Directora que aquela compreenderá também a ocupação laica do Mosteiro, após a extinção das ordens religiosas. A temática fundamental é, no entanto, Cister, o monumento e o seu papel na história da região, do país e da Europa Cristã. Sobre esta temática o Museu deverá compreender um Centro de Estudos.⁵⁶⁸

Na mesma publicação a que nos vimos referindo – Espaços ADEPA 1 – surge a proposta de uma rede de núcleos museais, sob o título “Continuar Cister: conhecer, memorizar, compartilhar os valores patrimoniais dos coutos cistercienses”, da autoria de M.^a Olímpia Lameiras de Figueiredo, António Sanches Branco, Carlos Mendonça e João Oliva Monteiro.⁵⁶⁹ A primeira signatária do artigo tinha já desenvolvido em França, num curso de Museologia, um trabalho sob o tema “O Museu de História Natural e Humana de Alcobça”, ao qual se refere e que aguarda publicação em Portugal.

Nesta proposta de intervenção museológica refere-se pela primeira vez publicamente a ideia da Musealização das memórias associadas à Fábrica Fiação e Tecidos, com base na recolha que já tínhamos iniciado.⁵⁷⁰ Nesta proposta, quando a Fábrica ainda laborava mas a sua Central Eléctrica já não, propõe-se então o aproveitamento desse espaço para um Núcleo Museológico, que, sendo posterior a Cister poderia considerar-se na esteira do desenvolvimento iniciado pela ordem monástica na região.⁵⁷¹ Salienta-se a importância deste núcleo “*para o conhecimento técnico, económico e social da região e da sua industrialização (...)*”⁵⁷²

⁵⁶⁶ Trindade, M.^a Augusta Pablo, (1996) “O Museu de Alcobça” in Espaços ADEPA 1, pp. 38-39.

⁵⁶⁷ Idem.

⁵⁶⁸ Idem.

⁵⁶⁹ Campagnolo, M. O., Branco, A. S., Mendonça, C. e Monteiro, J. O., (1996). Continuar Cister: conhecer, memorizar, compartilhar os valores patrimoniais dos coutos cistercienses. Espaços ADEPA 1, Alcobça, 40-51.

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ Os outros núcleos seriam: o Mosteiro de Cós; Casa do Monge-Lagareiro; Pinhal do Valado/Matas do Vimeiro/Mata das Mestras; Fornos de Cal; Museu Nacional do Vinho. Este último núcleo corresponde a

Em Janeiro de 1997 o então deputado Gonçalves Sapinho (actual Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça) apresenta na Assembleia da República a ideia da criação de uma Fundação de Cister, que teria sede no Mosteiro de Alcobaça e que teria entre os seus objectivos “a criação e manutenção dum Museu de arte e dum Centro de Documentação e Investigação.”⁵⁷³

Em 1998, no Colóquio Internacional sobre Cister, a ideia de uma Rede de Núcleos Museais veiculada em 1996 na Revista da ADEPA, volta a ser colocada em público com um maior apuramento conceptual. Nesta proposta, de um Museu de estrutura reticular cujo tema aglutinador seria Cister, surgem como núcleos associados a Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos e o Museu do Vinho, considerados na continuidade de Cister, apesar de exteriores ao tempo da sua permanência na região.⁵⁷⁴

Em Março de 1999, num periódico local, encontramos um artigo de opinião intitulado “Museu – 100 Anos à espera”. Neste o articulista expressa a sua indignação e incompreensão pelo facto de não se conseguir realizar em Alcobaça um Museu, real, uma vez que institucionalmente – no papel da imprensa nacional – ele existe:

“Na Nazaré há Museu. Em Porto de Mós também. Nas Caldas, há pelo menos uma dúzia. No concelho da Marinha Grande, onde há dois, mais a Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, o Vereador da Cultura diz que tem todo o trabalho feito para instalar na sua cidade o Museu Nacional da Floresta. Em Leiria, a Câmara acaba de adquirir o edifício do Banco de Portugal para albergar o Núcleo de pintura do Museu Municipal e ultima a aquisição de outros prédios para instalar outros núcleos.

E em Alcobaça?

uma Unidade Museológica já existente que ficaria associado a esta rede com uma qualidade semelhante ao da Central Eléctrica da Fábrica de Fiação e Tecidos. Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça. Idem. V. Anexo VII.

⁵⁷² Idem, p. 46.

⁵⁷³ V. *Voz de Alcobaça*, n.º 195, 31/1/97.

⁵⁷⁴ “Não sendo contemporâneos da Ordem de Cister nesta região, mas transmitindo uma relevante informação sobre a herança cisterciense, estes dois núcleos poderiam estabelecer, com a primeira série de núcleos contemporâneos da Abadia, uma segunda modalidade de articulação, a exemplo de certas redes que – no panorama bastante diversificado das estruturas reticulares atestadas desde há anos em vários países – admitem uma categoria de “Museus/ núcleos museológicos associados”, partilhando com os núcleos centrais alguns objectivos e recursos.” (pp. 592-93- notas) Figueiredo, M.ª Olímpia Lameiras de, Branco, António Sanches e Monteiro, João Oliva, Marcas e Sinais de Cister, in, *Actas do Colóquio Internacional Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*, 16-20 Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça, vol.II.

Em Alcobaça, não há Museus.

Há história, há cultura de muitos séculos, há passado com brilho inexcelável.

*Mas a herança parece grande demais para o pequeno arcabouço dos homens de hoje, que somos nós.*⁵⁷⁵

Nesse mesmo ano surge em Alcobaça um movimento de cidadania – Rebate – que decide promover discussões públicas sobre diversos assuntos e o Museu necessariamente é um deles. Em Junho de 1999 a Rebate promove o Colóquio “Alcobaça: Que Museus?”, que reúne um número significativo de investigadores sobre o Património Alcobacense. Diversas propostas de Musealização foram apresentadas à entusiástica assistência, que parecia ávida de iniciativas culturais. Foi nesse contexto que apresentámos publicamente um apelo para a salvaguarda da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos, complexo industrial já então desactivado. O interesse da assistência manifestou-se de tal forma que sobre a nossa comunicação fizeram um abaixo assinado dirigido ao Presidente da Câmara Municipal para salvar aquele imóvel de interesse patrimonial para Alcobaça.

Os resultados práticos deste colóquio não foram visíveis para o conjunto da comunidade alcobacense. As actas não foram ainda publicadas, o abaixo assinado sobre a Central Eléctrica não teve qualquer repercussão.

Já em Maio de 2000 o periódico *A Voz de Alcobaça* publica um outro artigo de opinião que continua a exprimir desalento pelo continuado adiamento daquilo que classifica um dos mais antigos anseios da comunidade: “*a abertura do seu Museu*”. Fala no Museu Cisterciense (que continua a existir só no papel), no Museu Municipal (por vezes abordado) e na Casa Museu Vieira Natividade, que foi oferecida ao IPPAR com todo o espólio, que fica situada mesmo no centro de Alcobaça e... que inexplicavelmente continua fechada. Neste artigo o autor chama a atenção para a progressiva degradação de edifícios importantes entre os quais nomeia a Central Eléctrica da Fábrica de Fiação e Tecidos.⁵⁷⁶

No mesmo número de jornal se publica a notícia de um animado debate promovido pela ADRA (Associação para o Desenvolvimento de Alcobaça) que reclama a dinamização do Mosteiro, nomeadamente através da instalação do Museu no seu espaço.⁵⁷⁷

⁵⁷⁵ *A Voz de Alcobaça*, n.º 221, 31/3/99

⁵⁷⁶ *A Voz de Alcobaça*, n.º 235, 31/5/2000

⁵⁷⁷ Idem

A disponibilização do espaço da anterior Biblioteca do Mosteiro, ocupada até 2001 com o Lar Residencial de Alcobaça, revitaliza um pouco o debate sobre o Museu, mas, curiosamente, e como nota uma análise sobre o panorama cultural de Alcobaça, revela-se mais como um obstáculo do que como uma mais valia: *“O Mosteiro mantém uma fraca relação e empatia com a cidade que o leva a ser encarado como um problema e não como uma potencialidade.”*⁵⁷⁸

É de facto em 2001 que a questão do Museu parece ganhar novo fôlego.

Pelo que nos é dado conhecer pela imprensa foi no dia 10 de Maio que a Câmara Municipal foi informada das linhas mestras de um projecto para um Museu dos Coutos de Alcobaça, surgido no âmbito da ADEPA – Associação para a Defesa do Património de Alcobaça, fundada em 1977, e que tem claramente expresso no capítulo I dos seus estatutos a criação de um Museu.⁵⁷⁹ Este mesmo projecto foi publicamente divulgado à comunidade científica no dia 15 de Maio, no âmbito do Seminário Internacional de Programação Museológica, que decorreu em Setúbal.

Concretamente em Alcobaça o projecto é divulgado no dia 4 de Junho de 2001, durante um workshop promovido pela Câmara Municipal sob o tema “Um Projecto Cultural para Alcobaça”, em que as intervenções agendadas seriam, além da do Presidente da Câmara, da responsabilidade de membros da Quaternaire Portugal. Neste workshop foi divulgado um documento da responsabilidade da Quaternaire Portugal com uma análise do panorama cultural em Alcobaça e com conclusões tendentes a nortear a acção cultural da Câmara Municipal.

No contexto desse workshop é apresentado à população de Alcobaça o projecto do Museu dos Coutos de Alcobaça assinado por Maria Olímpia Lameiras de Figueiredo Campagnolo, Carlos Mendonça e João Monteiro. Este mesmo projecto é posteriormente aprovado em Assembleia Geral da ADEPA em 19 de Julho de 2001, ficando aqui constituída uma Comissão Instaladora deste Museu, composta pelos signatários do projecto.

⁵⁷⁸ Quaternaire Portugal, Documento apresentado no workshop “Um Projecto Cultural para Alcobaça” – 4 de Junho de 2001, p. 18 *“A intervenção cultural da autarquia confronta-se com o problema estrutural que leva a que as grandes potencialidades do concelho sejam, também, as suas grandes debilidades. Quer isto dizer que o concelho dispõe de um tecido de agentes culturais com um dinamismo pouco vulgar em concelhos desta dimensão; a cidade dispõe de um edifício-monumento largamente excedentário para a utilização actual ou previsível do seu espaço; e os agentes culturais confrontam-se com uma enorme carência de equipamentos culturais, alguns agora a avançar em graus diferentes de concretização.”* p.14

⁵⁷⁹ Citado em “Museu – 100 Anos à Espera” in *A Voz de Alcobaça*, n.º 221, 31/3/1999

A partir desta data existe institucionalmente o Museu dos Coutos de Alcobaça, considerado em instalação, cujas parcerias fundamentais são com a Câmara Municipal. Este projecto que é apresentado como uma *“rede de sítios museológicos na área de implantação do Mosteiro de Alcobaça”* é considerada como integrando a Rede Portuguesa de Museus, da qual recebe uma dotação financeira de 4.927.350\$00, considerada como apoio à instalação do futuro Museu.⁵⁸⁰

Esta rede de sítios museológicos – desenvolvimento dos artigos anteriormente apresentados pelos mesmos autores e já aqui referidos – contempla a Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos, considerada no Segmento dois (O rio Alcôa e suas áreas envolventes) de um 1.º Eixo de abordagem definido para o Território e designado *“Do sopé da Serra dos Candeeiros à Foz do Rio Alcôa”*⁵⁸¹ A Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos surge referida como um sítio considerado musealizável (em alternativa com a Central Eléctrica da Alimentícia) e surge referida como sendo necessário fazer um estudo de Arqueologia Industrial sobre ela.⁵⁸²

O Museu dos Coutos de Alcobaça aparece como uma realidade em vias de instalação na imprensa local e cria um *“gabinete de instalação”* na Rua Dr. José Nascimento Sousa, junto à ponte sobre o Rio Alcoa.

Embora em Janeiro de 2002, acerca da requalificação urbana de Alcobaça, Miguel Ângelo Silvestre considere no jornal *A Voz de Alcobaça* que *“se começa a falar a uma só voz naqueles que me parecem ser os projectos mais estruturantes para a Alcobaça: caso deste projecto de requalificação e do Museu dos Coutos de Alcobaça. Pelo destaque que dão aos rios, ao enquadramento que ambos conferem ao Mosteiro, à presença dos elementos tecnológicos que marcaram a diferença da Ordem de Cister, etc.”*, na mesma página do mesmo periódico, num artigo da autoria do arquitecto Carlos Gil Moreira sobre a Requalificação Urbana de Alcobaça, se diz que o arquitecto agora responsável por este projecto o foi também pelo *“projecto de arquitectura, para a recuperação das Alas Sul e Norte do Mosteiro, tendentes à instalação do ansiado e sempre adiado Museu de Alcobaça e de outros serviços. A burocracia parece ter entupido a saída do projecto.”*⁵⁸³

⁵⁸⁰ Cf. “Museu dos Coutos Recebe Subsídio” (artigo assinado pela Comissão Instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça) in *A Voz de Alcobaça*, n.º 253, de 30/11/2001

⁵⁸¹ Museu dos Coutos de Alcobaça: Metas programáticas para uma rede de sítios museológicos na área de implantação do Mosteiro de Alcobaça (Versão Preliminar), Alcobaça, 10 de Maio de 2001, pp. 21-22

⁵⁸² Idem

⁵⁸³ Idem, p. 7

Não é perceptível, portanto, se estamos, de facto, a falar a uma só voz ou se sobre o Museu(s) de Alcobaça as vozes continuam a não afinar.

O Museu dos Coutos de Alcobaça faz uma intervenção acerca da Requalificação Urbana de Alcobaça na qualidade de responsável “*relativamente aos diferentes patrimónios inscritos na sua área de intervenção*”⁵⁸⁴; área de intervenção essa que, a nosso ver, compreende diversas tutelas que não é perceptível se passaram a ser tuteladas pela estrutura Museu dos Coutos de Alcobaça.

Não é portanto claro para nós a área e forma institucional de intervenção deste Museu dos Coutos de Alcobaça que se afirma sempre “*em instalação*” e “*em processo de adesão à Rede Portuguesa de Museus*”. A primeira “edição” do Museu dos Coutos de Alcobaça foi um desdobrável sobre a comemoração do 850.º aniversário da Fundação da Abadia de Alcobaça – data envolta em alguma polémica – e que o Museu quis afirmar claramente como tendo provas de que foi a 20 de Setembro de 1152. Nesse sentido editaram um desdobrável explicativo que foi distribuído em locais públicos e especificamente aos alunos das escolas. A imprensa divulgou, mais tarde, a realização de uma conferência pelo Dr. Saúl Gomes, para a qual foram emitidos convites.⁵⁸⁵ Segundo a imprensa o Museu dos Coutos de Alcobaça fará uma apresentação detalhada do seu projecto e ponto da situação sobre a sua instalação em Novembro de 2002.⁵⁸⁶ Não temos, até ao momento, conhecimento de que tal apresentação tenha acontecido.

No sentido de darmos a conhecer melhor o nosso trabalho e disponibilizarmos até informações que poderiam ser úteis procurámos a Comissão Instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça. Em relação ao nosso objecto de estudo foi-nos transmitido que o Museu pretende solicitar a classificação do açude, tentando assim que não seja possível haver construção na zona da Central Eléctrica. Não ficámos no entanto esclarecidos sobre a posição deste núcleo nas prioridades do Museu.⁵⁸⁷

Apesar de a Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos estar contemplada no projecto do Museu dos Coutos de Alcobaça a intervenção neste núcleo não nos parece ainda

⁵⁸⁴ Voz de Alcobaça, n.º 257, 31/3/2002

⁵⁸⁵ Tinta Fresca, 17/10/002

⁵⁸⁶ Idem

⁵⁸⁷ Entrevista concedida, a propósito deste trabalho, pela Comissão Instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça

definida com grande clareza, nem mesmo ao nível de objectivos ou outros preceitos conceptuais.

Não querendo no entanto ignorar a estrutura em formação, aprovada pela ADEPA, a Câmara Municipal e a Rede Portuguesa de Museus, deixaremos em aberto, no projecto que a seguir apresentaremos, a possibilidade da Unidade Museológica da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos vir a integrar este Museu, nomeadamente quando considerarmos as sugestões relativas ao modelo de gestão.

Todas as contribuições desta estrutura sobre o nosso objecto de estudo, de que temos conhecimento, estão referidas anteriormente e situam-se essencialmente ao nível de considerar a Central Eléctrica como um elemento patrimonial musealizável.

3 – A PROGRAMAÇÃO DA UNIDADE MUSEOLÓGICA DA CENTRAL ELÉCTRICA DA FÁBRICA FIAÇÃO E TECIDOS

3.1 – EM TORNO DA PROGRAMAÇÃO E SUA CONCEPTUALIZAÇÃO

Não havendo um “modelo de Museu pronto a aplicar” cada Unidade Museológica tem de ser definida e programada tendo em conta a sua especificidade/complexidade. É isso que nos explicita Cameron, D. (1992) quando nos diz que cada Museu tem de ser olhado no seu contexto e não como uma variante local de um modelo universal.⁵⁸⁸ Isto porque cada Unidade Museológica tem sentido como reflexo e utensílio de uma comunidade específica, logo, é necessariamente **uma entidade única e irrepetível**.

Para Rivière, G. H. (1974), cada Museu é um caso único, fruto da forma como encara e valoriza as diferentes funções museológicas, a natureza do seu tema e as condições do espaço em que se encontra instalado.⁵⁸⁹

Se a Unidade Museológica se perspectivar como entidade dinâmica mesmo a forma como encara/define as suas funções e objectivos pode e deve ser revista em diferentes momentos segundo as exigências de um consciente processo de Programação.

A Programação é isso mesmo, um processo, um equacionar de perspectivas e condições que pode acontecer, não só no planeamento inicial da entidade, mas a qualquer momento da sua vida.

Campagnolo, M.O.L. (1998), sublinha que é essencial que uma proposta de Programação Museológica tenha uma fundamentação científica. A ausência de um estudo desse tipo pode pôr em dúvida a credibilidade de um projecto de Musealização: *“As intervenções de natureza museológica e em particular as intervenções museológicas no sítio, tendo necessariamente em conta a imediata envolvente desses bens, supõem, como tarefas prévias da Programação museológica, o estudo inter e transdisciplinar dos bens e dos espaços-tempos a programar. Factor de compatibilização entre as exigências biofísico-químicas das colecções e as exigências psicofisiológicas dos públicos, a Programação museológica aparece assim como um interface incontornável e periodicamente reavaliável*

⁵⁸⁸ Cameron, D. F. (1994), Les parquets de marbre sont trop froids pour les petits pieds nus. Désvallés, A. (coord. De) (1994) *Vagues*, 2.º vol., Ed. W, M.N.E.S. pp. 317-320

⁵⁸⁹ Rivière, G. H. (1974), Processus duprogramme et du projet pour la construction d'un musée. Désvallés, A., (coord. De) (1992) *Vagues*, 1.º vol., Ed. W, M.N.E.S., 317-320

(e reformulável) entre os objectivos científicos expressos no tema, a selecção do espectro funcional e disciplinar que os suporta, o modo de alojamento dessas funções num espaço topológico sectorizado precedendo a sua geometrização no seio do projecto. Encarada como tarefa rigorosa e complexa, mas susceptível de ser interpelada, na sua complexidade, em cada um dos seus segmentos, a Programação museológica aparece pois como um momento ideal de colaboração entre museólogos e responsáveis pela intervenção material, opondo por vezes não arquitectos e investigadores de outros campos disciplinares mas sim profissionais dominando com mais ou menos competência e segurança as suas áreas de intervenção.⁵⁹⁰

No presente trabalho a reflexão sobre Programação da Unidade Museológica da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos, que apresentamos neste capítulo, encontra a sua base de legitimação na definição do fenómeno patrimonial – elaborada na primeira parte desta dissertação – e na sua consideração como fenómeno museal.⁵⁹¹

Foi da necessidade de criação de normas/formas de trabalho conjunto entre os diferentes envolvidos na construção de um novo Museu, designadamente museólogos e arquitectos, que surgiu o conceito de Programação. É nesse contexto que Pecquet, C. e O'Byrne, P. (1987) falam do programador, como um profissional que se move entre os diversos campos necessários ao Museu e que desempenha um papel central enquanto mediador das partes envolvidas no processo que levará à criação do programa do Museu. *“A Programação é, antes de tudo, uma estrutura de reflexão, uma forma de pensar, um método de abordagem que se concretiza num documento de síntese (escrito), o programa, no qual estão registadas as informações e as directivas (as necessidades) que vão determinar a concepção arquitectónica e técnica do Museu”*⁵⁹²

É claro que a Programação – ou o programa enquanto resultado material deste processo – depende do tipo de Museu, da missão definida para cada entidade. Assim toda a Programação de uma Entidade Museológica deve ser precedida pela elaboração de um Projecto Científico e Cultural.

⁵⁹⁰ Campagnolo, M. O. (1998). Marcas e Sinais de Cister. Cister: Espaços, Territórios, Paisagens: Actas do Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça, vol. II, Lisboa:Ministério da Cultura/IPPAR, p. 579

⁵⁹¹ Qualquer Programação tem sempre de ter em conta a revisibilidade dos cenários propostos e, ao realizar este trabalho estamos conscientes desse facto. No entanto, tendo em conta o que conhecemos do espaço e seu historial, ao alertar para a necessidade de salvaguarda e ao reflectirmos sobre as suas formas, traçamos, necessariamente, um cenário possível.

⁵⁹² O'Byrne, P. e Pecquet, C. (1987) La programmation de musée: théorie et pratique, son incidence sur l'architecture. Briss, n.º 10, setembro de 1987, 27-32

Raffinn, A. (2001) define “O projecto cultural é a definição pela equipa responsável do Museu de um conceito que defina a vocação do Museu, as suas missões, os seus objectivos, o seu papel cultural, social, económico...”

Visa definir a política global do museu, em matéria de conservação das colecções e de difusão junto dos públicos. (...)

Permite fazer uma reflexão essencial sobre as prioridades a definir, o projecto de desenvolvimento e a inserção do museu na vida cultural e social. (...) O projecto cultural e científico é um documento de perspectiva e de antecipação. Permite avaliar os sucessos e os insucessos. A sua validade testa-se no tempo da sua duração. Trata-se de comparar as intenções iniciais e a sua realização, mas sobretudo as capacidades que temos de o flexibilizar sem o desvirtuar.

*Como diz Marie-Hélène Joly, adjunta da Inspeção Geral dos Museus da Direcção dos Museus de França, (...) é um procedimento fundador para o Museu.*⁵⁹³

É a definição deste Projecto Cultural para cada Entidade Museológica que se tornou a política da Direcção dos Museus de França, como se depreende das palavras do seu Director, Jacques Sallois (1992) “*Ainda que os Museus conheçam um desenvolvimento sem precedentes cada Museu hoje em dia deve reflectir sobre o seu papel e a sua política afim de encontrar as soluções que lhe permitam melhor responder às solicitações cada vez mais amplas e mais complexas.*

Isto poderia resumir-se nesta fórmula: definir um projecto cultural. (...)

Esta reflexão pode organizar-se em torno de quatro pólos:

- *as colecções, o seu estudo, a sua salvaguarda e o seu restauro, o enriquecimento dos fundos e o seu desdobramento pelo território*
- *os públicos ainda mal conhecidos. Se crescem em número, por vezes limitam-se ainda sempre às mesmas categorias sociais. Como ter um conhecimento mais preciso dos públicos? Como atingi-los, acolhe-los, informa-los? De que forma proceder para que a sua visita seja agradável e enriquecedora?*
- *Os locais, a construção e a adaptação de edifícios, a sua segurança e o seu funcionamento*
- *As profissões e os cargos, que não param de se diversificar e de que convém fazer revisão de estatutos e de carreiras. Que recrutamento? Que formação?*⁵⁹⁴

⁵⁹³ Raffinn, A. (2001). *La Programmation: Histoire d'un concept*. Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional sobre Programação Museológica, Setúbal, Maio 2001. Apesar de se referir como documento fundador ele pode não ser realizado no início da vida da entidade museológica, mas em qualquer momento de paragem e de reflexão.

O que se segue é a reflexão, dentro deste quadro conceptual, dos eixos que podem definir a Unidade Museológica na Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, na Fervença, tal como a consideramos com os dados de que dispomos sobre a memória de Alcobaça associada a este elemento patrimonial. Dado que, como já referimos, se encontra em formação na região uma Entidade Museológica reticular que sinalizou desde logo o nosso objecto de estudo como musealizável, – o Museu dos Coutos de Alcobaça – equacionaremos a hipótese de integração da Central Eléctrica musealizada no âmbito desta estrutura. No entanto, caso não seja possível essa integração, a Programação da Unidade Museológica seria igualmente válida, com uma alteração no seu modelo de gestão.

3.2 – SUGESTÕES PROGRAMÁTICAS PARA A UNIDADE MUSEOLÓGICA DA CENTRAL ELÉCTRICA DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS DE ALCOBAÇA

Consideramos que já justificámos a definição do conceito gerador desta Unidade Museológica, mas retomamo-lo aqui, pois ele é determinante para a escolha das opções programáticas. Assim, o conceito gerador que definimos para esta Unidade Museológica⁵⁹⁵ é o seguinte:

Esta Unidade Museológica privilegiará os indicadores da memória relativos aos processos socio-económico-culturais inerentes às relações que se estabeleceram entre os recursos naturais, a industrialização e a urbanização de Alcobaça, a partir da Musealização da Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, com vista à problematização do perfil contemporâneo deste município.

Tomando como quadro preferencial de gestão o enquadramento desta unidade na estrutura reticular do Museu dos Coutos de Alcobaça⁵⁹⁶ passamos a enunciar as caracte-

⁵⁹⁴ Sallois, J., (1992) *Un Projet Culturel pour chaque musée*, Direction des Musées de France, (texto fotocopiado inserido na documentação do Colóquio Internacional sobre Programação Museológica, Setúbal, 2001).

⁵⁹⁵ Cf. p. 159.

⁵⁹⁶ V. pp. 26-27.

ísticas específicas desta Unidade e a sua contribuição para a Estrutura Museológica em questão.⁵⁹⁷

Definiremos os seguintes vectores essenciais do conceito gerador:

- a) **O uso tecnológico dos recursos naturais (a tradição de utilização do rio como força motriz; as diferentes formas de energia utilizadas: hidráulica, vapor, hidro-eléctrica)**
- b) **A Fábrica enquanto cenário de relações socio-culturais: a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça e a condição operária**
- c) **O complexo industrial da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça enquanto motor de desenvolvimento local (pólo empregador; produtor de riqueza; projecção de Alcobaça; urbanismo; produção de electricidade)**

O trabalho desta Unidade Museológica deverá incidir sobre o espaço da Central Eléctrica enquanto espaço técnico, mas também na componente humana ligada àquele espaço: o Homem enquanto agente técnico e social, as relações de produção, as relações sociais geradas a partir e em torno daquele espaço. Assim, consideramos que nesta Unidade Museológica se pode de facto equacionar a Museologia no triângulo Homem/Objecto/Cenário.⁵⁹⁸

Consideramos a pesquisa ou a investigação como uma função essencial de qualquer Unidade Museológica. É através dela que se poderão definir e actualizar as necessidades de salvaguarda e comunicação, eixos fundamentais da cadeia operatória da Museologia enquanto disciplina aplicada.

⁵⁹⁷ Reafirmamos que a definição dos eixos norteadores desta unidade poderá ser válida mesmo sem a estrutura Museu dos Coutos de Alcobaça, modificando o modelo de gestão e adaptando as características funcionais a uma unidade isolada (sem fazer parte de uma rede). V. p. 27 e p. 231.

⁵⁹⁸ Bruno, M.C.O. (2002). (citando Russio) A Museologia como uma Pedagogia para o Património, *Ciências e Letras*, n.º 31, Jan.-Junho de 2002, Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, p.89.